



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 099

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 099**

### **90ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Proposta de Emenda Constitucional 03

Ofícios ..... 04

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 10

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 13

Dep. Geraldo Cartário ..... 14

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 15

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 19

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 20

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior ..... 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 22

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 24

Discussão/Votação

Redação Final ..... 27

3ª Discussão ..... 28

2ª Discussão ..... 28

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 37**

**Transcrição ..... 37**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 38

Diretoria Geral

Portarias ..... 41

Ata de Comissão

Tomada de Contas ..... 41

### **DIÁRIO Nº 099**

### **90ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**27 DE AGOSTO DE 2007**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Caíto Quintana e Antonio Belinati.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausente o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins (01).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Artagão Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Proposta de Emenda Constitucional***

#### **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º Fica acrescido um parágrafo, parágrafo 5º, e inciso ao artigo 207 da Constituição Estadual com a seguinte redação:

“Art. 207...

§ 5º A Serra do Mar, patrimônio nacional, é de interesse especial do Paraná, sendo vedadas as formas de utilização e de ocupação do solo e do subsolo, em especial o uso dos recursos naturais, que não garantam a preservação integral ao meio ambiente, sendo dever do estado sua conservação.

I - Entende-se por preservação integral: a conservação da cobertura vegetal, preservação da fauna, conservação de morros, acidentes geográficos, monumentos naturais e da topografia da Serra do Mar;

II - Ficam proibidas as atividades de alto impacto ambiental, assim entendido a instalação de indústrias cujos efluentes sejam considerados poluentes e de risco, atividades de mineração de minérios metálicos, ou outras atividades mineradoras de grande ou de médio porte, refino de petróleo, instalação de usinas termoeletricas, hidroelétricas e nucleares, entre outras previstas em lei, ou que não cumpram as exigências do presente parágrafo.

III - O Estado do Paraná criará programas de recuperação e de preservação da fauna e da flora, assim como garantirá o valor imaterial paisagístico e topográfico da Serra do Mar.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoiamento:

Jocelito Canto, Douglas Fabrício, Professor Luizão, Edgar Bueno, Pastor Edson Praczyk, Dobrandino da Silva, Stephanes Júnior, Péricles de Mello, Mamede, Pedro Ivo, Beti Pavin, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Teruo Kato, Luiz Claudio Romanelli e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 225 da Constituição Federal, assim como o artigo 207 da Constituição Estadual garantem um meio ambiente equilibrado e preservado para essas gerações e para as futuras, conforme se observa:

Constituição do Estado do Paraná

“Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.”

Da mesma forma assevera o inciso III do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal:

“III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Em consonância com esses princípios é importante observar o § 4º do artigo 225 da Constituição Federal:

“§ 4º A Floresta brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que asseguem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.” (grifou-se)

Do dispositivo constitucional acima exposto percebe-se a impossibilidade de aceitarmos qualquer degradação na Serra do Mar. Preservar e assegurar o ecossistema do bioma Mata Atlântica e da Serra do Mar são obrigações inexoráveis de todas as Unidades da Federação, de todos os Poderes Públicos.

Permitir atividades de mineração, assim como outras atividades econômicas cuja consequência seja o corte da vegetação nativa ou reflorestada em estágios de regeneração média ou avançada, bem como outras atividades cujos efluentes podem degradar ou contaminar o solo, subsolo ou as nascentes e leitos de rios e de riachos, dentro da Serra do Mar é um afronte à Constituição Federal e um crime contra patrimônios da natureza.

Assim expressar a proibição de atividades dessa natureza na Carta Magna Estadual é garantir às gerações futuras um meio saudável e preservado, garantindo a biodiversidade da Mata Atlântica, bem como a maior área contígua de Mata Atlântica do Brasil, a Serra do Mar.

Hoje com todos os alertas e relatórios da Organização das Nações Unidas demonstram a importância e o

valor econômico imensurável da preservação ambiental. Nenhum empreendimento econômico supera em importância, em valor agregado a uma sociedade e a um país mais do que a preservação e a manutenção de áreas florestais nativas. Esse, aliás, é o entendimento constitucional desde a promulgação da Constituição Federal em 1988.

O patrimônio natural da Serra do Mar e da Mata Atlântica de nosso Estado são uma das maiores riquezas, um dos maiores legados que podemos deixar às futuras gerações, chegando ao ponto de ser essencial à manutenção da vida humana em nosso planeta.

Além de todo o exposto, a permissão de empreendimentos que derrubem a cobertura vegetal poderá ter um impacto incalculável na Baía de Paranaguá/Antonina promovendo assoreamento desta. Além de uma ação sobre os ventos entre o planalto de Curitiba e o litoral paranaense.

Desta forma o que a presente Proposta de Emenda Constitucional vem trazer é o integral cumprimento de outros dispositivos constitucionais, garantindo um Paraná sustentável e exemplo para o Brasil.

## Ofícios

### OFÍCIOS

Sob o nº 1430/07/GAB do Sr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador-Geral da Justiça, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Antonio Belinati, que pede esclarecimentos sobre quais servidores do estado do Paraná recebem salários e vantagens superiores a R\$ 24 mil mensais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1638/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre o pagamento de horas extras aos integrantes da Polícia Militar do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 375/07 - SEMA/GS do Sr. Lindesley da Silva Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre a falta de aterro sanitário no município de Carambeí. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 263/07

#### SÚMULA:

Propõe ao Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR a distribuição de material genético multiplicador e cítricos a regiões diversificadas do estado do Paraná.

Sr. Presidente do IAPAR.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Presidente do IAPAR a distribuição de material genético multiplicador de cítricos para regiões diversificadas do estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

Com vistas a proteger o banco genético de variedades cítricas do estado do Paraná, é de fundamental importância que parte destes bancos genéticos fiquem localizados distantes das regiões de produção a fim de evitar a contaminação destes bancos genéticos por doenças que possam vir a atacar estes pomares.

### INDICAÇÃO Nº 264/07

#### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada a construção de uma creche no distrito de Bateias em Campo Largo.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizada a construção de uma creche no distrito de Bateias, município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que já existe o local do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Bateias, destinado a esta creche, da Associação de Moradores do distrito de Bateias.

### INDICAÇÃO Nº 265/07

#### SÚMULA:

Solicita a liberação de recursos para a construção de uma nova ala na Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark, no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) que sejam liberados recursos necessários para a realização das obras de construção de uma nova ala na Escola Municipal de Educação Especial Ali Bark, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois a escola pretende ampliar seus trabalhos principalmente junto aos seus alunos portadores de deficiência mental, em relação às atividades de vida diária, sendo imprescindível a criação de uma unidade funcional.

## INDICAÇÃO Nº 266/07

## SÚMULA:

Solicita atualização dos estudos para construção da hidrovia do rio Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o Sr. Roberto Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador do Estado, para solicitar as necessárias providências para atualização dos estudos visando à construção da hidrovia do rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

Recebemos resposta do Departamento Hidro-Aéreo-Ferroviário da Secretaria dos Transportes a nosso pedido de informações sobre o projeto da construção da hidrovia do rio Ivaí.

A autoridade signatária do documento nos esclarece que em 1984 foi constituído um consórcio supervisionado pela Companhia Paranaense de Eletricidade, a Copel, para avaliar as condições de utilização do baixo curso do Rio Ivaí, trecho compreendido entre sua foz no Rio Paraná e a proximidade da localidade de Dr. Camargo, como via de transporte hidroviário e como fonte de geração hidroelétrica.

Os estudos contaram com a participação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Ministério dos Transportes e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, sendo que os seus resultados concluíram pela viabilidade da implantação da hidrovia do rio Ivaí.

Em virtude do tempo decorrido - 1984/2007, firmamos a presente indicação, solicitando ao Governo do Estado através da sua Secretaria dos Transportes, a realização de novos e mais completos estudos técnico-econômicos e ambientais, levando-se em conta as principais características do projeto que são a geração de energia, o transporte hidroviário e a irrigação de áreas para a agricultura.

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 453/07, de autoria deste Parlamentar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs 7 e 8, da quadra nº 100, do loteamento Urbano daquela cidade.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 604/07 - oriundo da Mensagem nº 032/07, que visa autorizar o Estado do Paraná a participar do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, da região metropolitana de Curitiba - CONRESOL, nos termos da Lei nº 11107/05, já constituído sob a forma de Associação Pública, sem fins lucrativos, que tem sede no município de Curitiba, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 22 de agosto.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência em virtude de compromisso inadiável na Prefeitura Municipal de Curitiba.

## REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene para entrega do Prêmio Líder Metropolitano, no Plenário, na data de 27 de setembro de 2007, às 18hs.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LE'PREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene, para prestar uma justa homenagem aos líderes metropolitanos, afim de propor uma maior integração deste Parlamento com os diversos segmentos que envolvem a região metropolitana.

## REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, o artigo público no Jornal Folha de Londrina do dia 24 do corrente, sobre a possibilidade da firma BS Colway poder recontratar 500 funcionários.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a todos os Srs. Deputados Federais do Paraná, bem como ao Sr. Presidente da fábrica de pneus remodelados BS Colway e ao Jornal Folha de Londrina.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Pretendemos incentivar todos os nossos Deputados Federais, no sentido de acompanharem para a aprovação para que o Brasil possa continuar importando pneus usados.

Com isso, evitaremos que nossas indústrias transfiram-se para o Paraguai. Ressaltamos do cuidado com que esta sendo testado o assunto.

Somente a Indústria BS Colway - de pneus remodelados do Paraná, poderá recontratar os 500 funcionários demitidos recentemente e aumentar a produção conquistando mais vagas de trabalho para os paranaenses.

Com a decisão de almejarmos, temos certeza que a indústria de pneus remodelados virá enriquecer a terra paranaense.

A indústria tem sido em todos as épocas a propulsora de civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através da indústria que os povos entraram em contato um com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

#### REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo nominado, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se oficie o DER - Departamento de Estradas de Rodagem e a VIAPAR para que atentem para o cumprimento da Lei nº 15607 de 15 de agosto de 2007 e seu Decreto Regulamentar de nº 1352 de 21 de agosto de 2007 onde se determina a isenção de pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados, no que diz respeito ao alcance do benefício aos municípios de Campo Mourão e Mamborê.

Tal requerimento se fundamenta no parecer da Secretaria de Estado do Meio Ambiente que através de informação técnica datada de 08 de agosto de 2000, informa que segundo a lei nº 4245/60, que descrece as linhas divisórias dos lotes utilizados para a instalação de praça de pedágio daquele local encontram-se dentro dos limites dos municípios de Campo Mourão e Mamborê, respectivamente.

Desta forma, com base nos pareceres do órgão competente deve o DER e a VIAPAR incluírem os municípios de Campo Mourão e Mamborê no benefício da lei acima citada.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva

da Assembléia Legislativa, autorização para utilização do espaço do plenarinho, na data de 21 de setembro de 2007, das 8h às 18h, e seu hall de acesso, na data de 21 a 28 de setembro do corrente ano.

Tal solicitação objetiva-se para a realização do 1º Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos e exposição de trabalhos desenvolvidos por entidades paranaenses na área de Direitos Humanos, eventos estes que contam com o apoio desta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

após ouvido o douto Plenário

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Leis nºs 418/07 e 607/07, que trata de tarifa de pedágio considerando o número de eixos do veículo.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Leis nºs 514/07 e 527/07, que proíbe o envio de mensagens de texto promocionais pelas operadoras de serviço de telefonia celular do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do salão nobre no dia 28 de agosto a partir das 13h, com objetivo de receber a visita do Sr. Giorgios Chalaris, Prefeito de Thirasia - Grécia e do Sr. Sérgio Pires, Coordenador do Núcleo de Ações Internacionais - FGV.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o auxílio do cerimonial desta Casa no dia 28 de agosto a partir das 13h, com objetivo de receber a visita do Sr. Giorgios Chalaris, Prefeito de Thirasia - Grécia e do Sr. Sérgio Pires, Coordenador do Núcleo de Ações Internacionais - FGV.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

**REQUERIMENTO Nº 2542**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o aumento de membros titulares da Comissão Especial de Investigação dos Gastos com Publicidade, de 07 (sete) para 11 (onze) Deputados.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, PLAUTO MIRÓ,  
VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL e  
RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 2543**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja fornecida cópia de parecer prévio enviado a esta Casa de Leis pelo Tribunal de Contas, referente às contas do Governo do Estado no ano de 2006.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2545**

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, requeiro o apoio e aprovação pelo douto Plenário para a criação da Frente Parlamentar para Assuntos da Região Metropolitana, composta por Deputados que representam a região metropolitana de Curitiba. Em conjunto com a ASSOMEC - representada na pessoa de seu Presidente e pelos Prefeitos da região metropolitana, COMEC e outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada.

O objetivo é o de promover o debate e a discussão dos problemas relacionados a temas importantes que envolvem a região metropolitana e estão diretamente ligados à cidadania e ao desenvolvimento dos municípios propondo-se a colaborar com a apresentação, discussão e defesa de leis e projetos que se relacionem com as cidades da região metropolitana de Curitiba.

A Frente Parlamentar é composta pelos Deputados Estaduais abaixo subscritos.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO, EDSON  
STRAPASSON, ROSANE FERREIRA, BETI  
PAVIN e FRANCISCO BÜHRER

**REQUERIMENTO Nº 2510**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento dos jovens, Tiago Vinícius dos Santos e Elton Dyone Mateus de Almeida.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência para as famílias enlutadas, bem como ao Sr. Prefeito Municipal de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Os jovens atletas Tiago e Elton, faleceram no último dia 21 (terça-feira) em acidente na Rodovia BR-473 no município de Prudentópolis.

O destino roubou-os do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveram uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares dos jovens Tiago e Elton, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou as famílias Santos e Almeida, endereçando voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 2529**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ervino Costa do Valle, ocorrido no dia 23 do corrente mês, no município de São Sebastião da Amoreira/PR.

Requer, ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, João do Valle, enviando correspondência à R. Tenente Coronel Carlos Souza, 425 - Centro, CEP 84150-000, São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O passamento do Sr. Ervino Costa do Valle causou consternação à população de São João do Triunfo, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos, dor e saudade irreparáveis. Hoje seu filho João do Valle, representa no município a força e a dignidade deixadas pelo seu pai, homem probo e do povo.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos, que a vida não cessa, e a morte para os cristãos, significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem as suas verdades e a única certa até então é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que o Sr. Ervino está integrado à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

## REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Felipe Chiapetti, avó da Deputada Luciana Rafagnin, ocorrido nesta data no município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Indústria Paranaense de Papéis Sanitários (SEPAC), localizada no município de Mallet.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. João Ferreira Dias Filho, Diretor-Presidente da mencionada indústria, para que receba e transmita a todos os auxiliares.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós muito grato redigirmos este requerimento nesta hora, em que o município de Mallet será datado de mais trabalhadores com os investimentos que serão promovidos pela Indústria Paranaense de Papéis (SEPAC), que por certo, virá aumentar as condições de riqueza e de conforto para a população de Mallet.

A maior ou menor intensidade de parque Industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Somente os povos civilizados possuem indústrias, podendo ser considerados economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza permanecerão eternos caudatários das regiões industrializadas.

Em breve, pelo afluxo dos negócios que a mencionada indústria fatalmente atrairá, o comércio sentirá como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público, com a arrecadação que daí advir, versar-se-á em melhor situação para enfrentar os problemas da administração pública.

A Indústria Paranaense de Papéis Sanitários (SEPAC) do município de Mallet, prospere, produzindo os almejados frutos. São os nossos votos, para galardão de seus proprietários e felicidades para a população paranaense.

Hoje, a fábrica possui 365 empregados e é uma fonte de renda importante para o município de Mallet. Com a expansão da produção deverá gerar mais 150 postos de trabalho.

## REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado votos de congratulações ao Dr. Miguel Carlos Riella, Presidente da Fundação Pró-Renal, em razão de sua eleição para Membro Titular da Academia Nacional de Medicina.

É a primeira vez que um médico paranaense é admitido na Academia, ao longo dos 178 anos de história da entidade.

A Academia Nacional de Medicina tem sede na cidade do Rio de Janeiro e foi fundada em 1829, constituindo-se na instituição cultural mais antiga do país, difundindo o conhecimento científico brasileiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná congratula-se com o eminente médico paranaense, bem assim com a Fundação Pró-Renal, porque essa conquista honra e orgulha aos paranaenses.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Estação Business School, através do seu Diretor-Presidente, Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, pela sua atuação dinâmica na formação de líderes empresariais.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Estação Business School, através de seu Diretor-Presidente, engenheiro agrônomo Judas Tadeu Grassi Mendes, Ph.D. em economia e Pós-doutor pela Universidade Americana The Ohio State University. Publicou diversos livros nas áreas de economia e agronegócios e tem contribuído para a sólida formação de centenas de profissionais que atuam no Brasil e no exterior.

## REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Secretário Municipal do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba, Sr. Luiz Fernando Jamur.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Secretário Municipal do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba, Sr. Luiz Fernando Jamur, pelos relevantes serviços prestados em prol da comunidade curitibana.



Formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Começou como estagiário na Prefeitura de Curitiba, em 1984. Atuou nos seguintes cargos: Chefe de Serviço de Expedição de Alvará e Vistoria (1987/1988); Chefe de Serviço de Topografia (1989); Chefe de Serviço de Fiscalização e Vistoria de Obras (1989/1991); Chefe de Divisão de Controle de Obras (1991/1992); Gerente do Departamento de Controle de Edificações (1992/1995); Gerente do Departamento de Fiscalização (1995); Diretor de Fiscalização (1995/1996); Superintendente da Secretaria Municipal do Urbanismo (1996); Diretor do Departamento de Controle do Uso do Solo (1997); membro titular do Conselho Municipal do Urbanismo (1997); Presidente da Comissão da Regularização de Loteamentos (1997); Presidente da Comissão Permanente do Comércio Ambulante (1997); e Superintendente do Uso do Solo da SMU (1999).

Desde 2002 ocupa o cargo de Secretário Municipal do Urbanismo, com competência e dedicação.

#### REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção de voto de louvor nos Anais desta Casa ao jornalista Caio Castro Lima, do jornal Gazeta do Povo, pela produção do artigo “Severo, o computador da ALEP”, estampado à página 8 da edição de hoje, 27 de agosto de 2007.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Além de exaltar a reconhecida competência com a qual o nosso funcionário Severo Sotto Maior conduz a Diretoria Legislativa, toda ela enriquecida pela presença de dedicados funcionários, o jornalista Caio de Castro Lima, chama a atenção para a necessidade da informatização da nossa Casa, ainda incompleta.

#### REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, acompanhando de xerótipo do Ofício nº 241/07-MD de 15 do corrente, da Câmara Municipal de Palmas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Palmas, para que receba e transmita a todos os Srs. Vereadores do município.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Por falta de contingente na Delegacia de Polícia, praticamente abandonada, a população de Palmas está profundamente preocupada com a situação em que se encontra a segurança pública.

Por esta razão preocupante, encarecemos a S. Exa., o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar com a urgência possível, providências para solucionar o angustiante problema da sociedade palmense, que possui mais de 40 mil habitantes, preocupadíssimos.

#### REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do IAP, para esclarecer a seguinte questão:

1) foi emitido parecer técnico pelo Instituto Ambiental do Paraná em relação à implantação do “lixão” no município da Fazenda Rio Grande?

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, e Diretor-Presidente da Paraná Esportes, Sr. Ricardo Gomyde, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente ao Projeto FERA - Festival de Artes da Rede Estudantil, o que segue:

1) Qual o custo para realização do projeto nos anos de 2004, 2005, 2006?

2) Qual o custo previsto para sua realização neste ano?

3) Há participação da iniciativa privada em patrocínio ao projeto FERA?

4) Em caso positivo, em que consiste o patrocínio? Quanto representa do seu custo total, ano a ano, inclusive 2007?

5) Quais são os investidores que já participaram do Projeto FERA nos anos 2004, 2005 e 2006?

6) Quais são os investidores habilitados para este exercício e o valor do investimento acordado com cada um deles?

7) Qual o cronograma de execução do programa em todo o estado para este ano?

8) Qual a data programada para seu início? Houve adiamento da data inicialmente programada? Qual o motivo?

9) Por que foi transferida para a Paraná Esportes a execução do programa?

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) VALDIR ROSSONI

## REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais para a posteridade, na ata da Sessão de hoje, o artigo: “Saudade da Era Vargas”, de autoria do jornalista Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo do dia 24 do corrente.

Requer outrossim, que da decisão da casa seja dada ciência ao jornalista Léo de Almeida Neves, bem como ao jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Fazemos com grande satisfação a transcrição do artigo “Saudade da Era Vargas”. Nosso objetivo é render justa homenagem a um homem que verdadeiramente revolucionou esta país. Foi o maior estadista de todos os tempos.

Getúlio Vargas deu voto secreto ao povo, libertando-o dos caciques locais. Fez mais, convocou a mulher brasileira, ao dar-lhe também o direito de votar e ser votada. É crescente desde então o número de representantes femininas nas Casas Legislativas e nas Prefeituras do país.

O Governo Vargas dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este um status. Não foi necessário que o operariado vertesse o próprio sangue em lutas de ruas para obter conquistas sociais. A legislação social veio pacificamente. Determinasse estabilidade no emprego.

Um tiro no coração o fez tombar heroicamente. preferiu o suicídio à vergonha.

Cumpriu-se o que Vargas dissera na carta testamento:

“Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar convosco. Quando a fome bater à vossa porta sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando os vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo para o caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 621/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, a ponte sobre o rio Iguaçu, localizada no Km 275, da rodovia BR - 476, na entrada da cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Grande é a nossa satisfação, neste momento, ao redigirmos este projeto de lei com a justificativa em termos simples e sinceros, para a denominação da ponte sobre o rio Iguaçu, na chegada da cidade de São Mateus do Sul.

Pedro da Cruz Sobrinho.

Filho de Sezinando Custódio da Cruz e Josefa Ferreira da Cruz, nasceu em 02 de dezembro de 1928, na comunidade de Fazenda Água Branca, município de São Mateus do Sul, Paraná, sendo o terceiro de 7 irmãos.

Pedro desde jovem foi trabalhador. Como viveu até seus 55 anos no interior, esteve sempre preocupado com o bem-estar dos homens do campo, que tanto precisavam e precisam de ajuda, sendo essa uma das metas que influenciariam sua vida pública.

Casou-se aos 23 anos, com Azélia Dacomuni da Cruz, sendo que desta união nasceram 6 filhos: Suely (*in memoriam*), Jaime, Jarbas (*in memoriam*), Sonia, Juarez e Sandra. Destes vieram 8 netas: Elaine, Jayne, Eloisa, Tânia, Jeanine, Iara, Jéssica e Bianca e um bisneto que não chegou a conhecer: Pedro Lucca. Depois do casamento iniciou a lida como tropeiro, conduzindo cavalos à Curitiba, permanecendo com essa atividade até 1966, para então, no ano seguinte, deixar o lombo do cavalo para fazer suas tropeadas com o novo companheiro, um caminhão Mercedes Benz 1516, até sua última viagem.

Fundou o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Rancho Alegre, onde foi Patrão por muitos anos, enaltecendo o nome da cidade de São Mateus do Sul por onde passava. Realizou o primeiro de muitos rodeios em 1976, sendo que o lucro total ou parcial dos mesmos era destinado a instituições da cidade como: o extinto Lar Gideão, APAE, Rotary Club, Lar São Mateus, Lar São Mateus, Colégio das Irmãs.

Ingressou na política em 1969, sendo reeleito como Vereador por 4 mandatos consecutivos (1969-1972, 1973-1976, 1977-1982, 1983-1988), demonstrando assim o quanto era benquisto pelo povo são-mateuense.

Ocupou lugar na mesa diretora de 1970-1971 como 2º Secretário, 1975-1976 como 1º Secretário e de 1983-1984, como 2º Secretário.

Foi autor de projetos significativos e relevantes. Dentre eles pode-se destacar:

- 1976: denominação da R. Ledy Afonso Roderjan;
- 1976: denominação da R. Nivaldo de Paula e Silva;
- 1981: declaração de utilidade pública municipal à Associação de Pais Amigos dos Excepcionais - APAE;
- ônibus com capacidade de maior número de lugares para atender a linha com alunos de São Mateus - Divisa;
- 1986: denominação à Escola Consolidada Anastácia Kimita de Paula, na comunidade de Lajeado;

- 1988: denominação da R. Joaquim Cunha Vieira;
- cascalhamento nas estradas o interior;
- lombadas no perímetro urbano;
- mata-burros e bueiros para o interior;
- abrigos para usuários de transporte São Mateus - Divisa;
- linha de ônibus São Mateus do Sul - Canoinhas, passando pela comunidade de Porto Ribeiro.
- Energia elétrica para o CTG Fronteira do Paraná;
- projeto de eletrificação para as comunidades de: Divisa, Porto Ribeiro, Lajeado e alguns bairros na cidade;
- projeto do terreno para construção da APAE;
- projeto criando a telefonia para as comunidades de Lajeado, Divisa e também para o posto da Polícia Rodoviária;
- projeto de asfaltamento da PR-151, trecho São Mateus do Sul - Três-Barras (tão almejado).

Nesses 20 anos de atuação comunitária, transportou aproximadamente 4 mil manilhas, 16 abrigos de ônibus, entre outras benfeitorias, favorecendo o interior do município e cidade, transporte este, efetuado com seu próprio caminhão, não acarretando ônus para o município.

Morreu no dia 15 de setembro de 1997, ao lado de seu caminhão, em um gravíssimo acidente na BR-476, entre o trecho São Mateus do Sul - Curitiba.

Um grande herói e trabalhador que não mediu esforços em lutar pela família são-mateuense, esquecendo-se muitas vezes da sua própria família. Buscou sempre o bem-estar e a preservação da dignidade e do direito de todo o cidadão.

Cultivador de grandes amizades e sonhos que ele sabia serem possíveis, Pedro da Cruz Sobrinho, pertenceu àquela geração de homens considerados verdadeiros carvalhos humanos!

“Sonho que se sonha só; é só um sonho. Sonho que se sonha junto; torna-se realidade!

PROJETO DE LEI Nº 622/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

### JUSTIFICATIVA:

A Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR, tem caráter de iniciativa privada com intenção de desenvolver a prática da atividade náutica e marinharia, pela ênfase do ensino da modalidade esportiva da vela. Como atividades náuticas complementares serão implementadas as modalidades de canoagem e marinha-

ria, desenvolvendo seu aprendizado, estimulando e aperfeiçoando sua prática, promovendo a difusão da cultura náutica, a formação da prática marinha, entre outros.

É prioridade da ENAMAR atender ao segmento da população que tem maior dificuldade de acesso às oportunidades de praticar esporte. Observando o contexto do ensino público no Brasil, é notória a predominância de estudantes provenientes de famílias de baixa renda nestas escolas. A ENAMAR, ciente da situação econômica do município de Guaratuba, vem promovendo atividades à crianças carentes como o ensino do remo e vela, promovendo também, a partir da atividade náutica e de marinharia, cursos e oficinas de orientação profissional para o segmento náutico, com isto proporcionando às crianças carentes oportunidade ao esporte e saúde, incentivando valores de cidadania e auto-estima.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 623/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985, dispondo sobre a finalidade da doação do imóvel.

Art. 2º O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“(...) Parágrafo Único. O imóvel objeto de doação destina-se à utilização na geração de emprego e renda, qualificação e capacitação profissional”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8207/85 autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel de sua propriedade ao município de São Jorge do Patrocínio, e em seu parágrafo único, cita que a destinação do mesmo deverá servir para a construção de edifícios públicos necessários à administração e futuro Paço Municipal.

Visto que o Paço Municipal foi construído em outro local e o imóvel ora citado situa-se em região central e de fácil acesso e que o município de São Jorge do Patrocínio vem apresentando uma administração voltada ao crescimento e desenvolvimento de sua população, o presente projeto tem a finalidade de destinar o imóvel doado para utilização na geração de emprego e renda, bem como qualificação e capacitação profissional, que hoje se faz necessária nesse município.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 624/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Compete à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior regulamentar, por meio de portaria, a concessão da bolsa-auxílio aos estudantes indígenas que tiverem seu ingresso nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná.

§ 1º A bolsa-auxílio será concedida durante 12 (doze) meses por ano, de janeiro a dezembro, até o final do curso universitário, e basear-se-á no valor de um salário-mínimo.

§ 2º O valor mensal da bolsa-auxílio será acrescido de 1/4 quando o estudante universitário indígena possuir família.

§ 3º O valor da bolsa-auxílio será concedido em dobro no mês correspondente ao ingresso do estudante na universidade.

§ 4º O pagamento da bolsa-auxílio será automaticamente interrompindo se o bolsista tiver falta não justificada, a critério da direção da universidade, superior a 10% das aulas do mês do benefício, apurada a frequência em todos os componentes curriculares relativos ao ano em que o aluno esteja matriculado.

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

I - o controle orçamentário e financeiro da concessão da bolsa-auxílio;

II - designar um Coordenador responsável pela execução do programa;

III - designar o Agente Financeiro do programa, responsável pelo pagamento da bolsa-auxílio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Quando os índios desejam interagir com a sociedade nacional, a partir do contrato com esta, enfrentam adversidades, necessitando do apoio dos Poderes Públicos. A discriminação e o preconceito é uma realidade histórico-cultural ainda vigente. No caso específico da presença indígena nas universidades do estado do Paraná, há poucos anos, além do pioneirismo no país, tem sido oportunidade de aprendizado para todos.

Na esteira dos avanços consignados, em respeito aos interesses indígenas, a equivalência da bolsa-auxílio, com base no salário, significa a garantia mínima de estabilidade financeira, para viver em um centro urbano, na busca da ampliação dos conhecimentos e com o amparo do Poder Público.

A bolsa-auxílio em dobro no primeiro mês deve-se a necessidade de compra de pequenos materiais, indispensáveis para a estruturação inicial da vida fora das aldeias. E, 1/4 a mais no valor, para estudantes com família, assegura a presença acompanhando o pai ou a mãe, como é a tradição para esses povos, sem todavia passar maiores privações no novo ambiente.

Neste contexto, reconhecida a alteridade cultural das sociedades indígenas, merecem as mesmas, trato diferenciado e especial do estado, o que, na medida do possível, vem acontecendo.

A busca constante para que os valores tradicionais do povo indígena sejam fortalecidos e que não morram enquanto povo etnicamente distinto, de um lado, e do outro, a ampliação dos seus conhecimentos para que possam competir em igualdade com os não índios, merece a mudança de postura e atitude dos Poderes constituídos em relação a estes.

O estado do Paraná garante importante singularidade no cenário nacional quanto a atenção aos índios, e tem procurado avançar, atento sempre às manifestações das vontades coletivas dos mesmos.

Nesse sentido é que a lei de cotas das universidades públicas estaduais necessita de amparo estrutural para que cumpra o seu papel de promover o acesso diferenciado dos índios paranaenses ao ensino de 3º grau e a permanência desses nas universidades.

PROJETO DE LEI Nº 625/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a municipalizar a estrada de acesso que liga a PR-092, Km 300+150, à sede do município de Quatiguá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Segundo o inciso VII do artigo 30 da Constituição Federal, compete ao município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso e parcelamento do solo urbano.

O município tem interesse na construção de uma avenida e um portal na sua entrada, sendo que, para tanto, necessário se faz à municipalização do trecho mencionado.

Ademais, sob a responsabilidade do município, tal trecho da rodovia PR-092, estará sob sua manutenção e conservação, desonerando os cofres do estado.

Sendo assim, invoco o apoio dos nobres Parlamentares para que o presente projeto de lei seja aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 626/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a municipalizar a estrada de acesso que liga a PR-092, Km 299+650, à sede do município de Quatiguá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A estrada que propomos seja estadualizada, possui apenas 1,5 quilômetros, já se encontra pavimentada, tratando-se de importante via de acesso à sede do município de Quatiguá, que tem como base de sua economia a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio, sendo de grande importância que o Governo do Estado assuma a responsabilidade por essa estrada municipal.

PROJETO DE LEI Nº 627/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Beneficência do Guaiaipó, antiga Associação de Moradores do Conjunto Guaiaipó, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Beneficência do Guaiaipó, é a substituta legal da Associação de Moradores do Conjunto Guaiaipó, conforme ata em anexo. É pessoa jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, associação civil de caráter representativo, reivindicatório, educativo, cultural e de assistência social, fundada em 18 de fevereiro de 2001, de duração por prazo indeterminado, com sede e foro no município e comarca de Maringá, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.357.080/0001-98, e, cujos atos constitutivos, estão registrados sob o nº 4102, livro A-5, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Maringá.

Seus objetivos são de caráter social e promoção de assistência social, de inclusão sócio-econômica e cultural; de amparo às crianças e adolescentes carentes; de qualificação, integração ao mercado de trabalho e melhoria das condições de empregabilidade de recursos humanos, em especial das pessoas carentes e da produção de artesanatos em geral.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada de espécie nenhuma, perfazendo as exigências da Lei nº 6994.

Desta forma, pedimos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 628/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução, de até 50% (cinquenta por cento), no pagamento de taxa de pedágio para os táxis, no estado do Paraná.

Art. 2º Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a regulamentação e execução do disposto na presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade atender o profissional taxista do nosso estado, proporcionando um desconto de 50% (cinquenta por cento) de desconto nas tarifas do pedágio.

Com isso desobrigará o taxista de pagamento total do pedágio e trará benefício a uma classe profissional que labuta com muitas dificuldades.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

### ***Pequeno Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, nossos convidados.

Deputado Carlos Simões que apareceu no Impacto - jornal que mete a boca em todo mundo - apareceu na corda bamba já pulou da corda e já não está mais bamba, não é Deputado? Eu tenho notado que alguns membros da imprensa, às vezes, não são todos, mas infelizmente, fazem um pré julgamento antes do final da história. O Deputado Carlos Simões que já estaria com o mandato cassado, agora teve uma vitória lá em Brasília e se restabelece a nulidade do seu caso. Por isso eu tenho sempre dito que é preciso antes de se jogar as penas, lá do alto, prestar bem a atenção porque depois não dá para juntar todas as penas e as pessoas acabam pagando pelo que não devem!

Hoje eu queria felicitar aqui o Deputado Carlos Simões e torcer, viu Deputado Carlos Simões. O Ministério Público, eu sempre tenho dito, têm pessoas boas e têm pessoas ruins, como em todo lugar, todas as instituições. Têm pessoas boas e têm as pessoas que são do mal. Têm as pessoas que sabem interpretar a lei e os que interpretam politicamente a lei quando é do interesse de alguém. Infelizmente existe isso! O que esperamos é que prevaleça a justiça e que as acusações feitas de forma covarde, às vezes contra as pessoas, é uma pena que não podem ser resgatadas. Quero dizer a V. Exa., Deputado Carlos Simões, que quando terminarem os meus processos, vou guardando uma poupança para as minhas filhas e para os meus filhos que certamente daqui a uns vinte anos elas vão receber.

Teve um momento que um Promotor em Ponta Grossa que gostava tanto de mídia e ele era meio sonâmbulo, acordava de madrugada e ia na geladeira tomar água, quando abria a geladeira e ela acendia a luz, ele começava a dar entrevista pensando que era a Globo, mas era só a geladeira que ligava a luz. Infelizmente existem pessoas desse jeito.

Quero felicitar o Deputado Carlos Simões, e gostaria que V. Exa. usasse depois o horário do PTB para falar um pouco, desabafar, acho importante V. Exa. falar, porque tinha muita gente que já tinha dado o senhor como no fundo do poço e, V. Exa. ressurgiu do fundo trazendo, acima de tudo, o seu trabalho que é um trabalho voltado ao povo mais simples. Eles não gostam de quem cuida do povo mais simples, eles gostam de quem anda pelos porões, do lado dos ratos, como já disse aqui nessa Casa!

Para finalizar, Sra. Presidente, o nosso Governador poderia pagar a URV para os nossos funcionários do Estado, não é? Eu fico torcendo que o Governador que eu ajudei a eleger, que eu dei o meu voto, que muitos amigos meus votaram ajudaram a eleger, que ele parasse de conversar um pouco e pagasse a URV dos funcionários, como os outros já pagaram, como o Ministério Público já pagou, como o Tribunal de Contas já pagou. Era importante que a URV dos funcionários também desta Casa, aquela diferença fosse paga, nem que fosse daqui a 100 anos, mas fossem pagando aos pouquinhos, porque eles têm os mesmos direitos. Por isso que o nosso Governador pague a URV que tem direito o professor, o policial e todos nós.

Muito obrigado.

#### A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Presidência gostaria de saudar, na pessoa da Dra. Margarete Pizzato a Academia Brasileira de Eventos, que se faz presente nesta tarde, uma proposição do Deputado Ney Leprevost, logo mais no Horário do Grande Expediente o Deputado fará uso da Tribuna.

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Cartário.

### **Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)**

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O município que tem o nome Sui Generis no Brasil, tem o nome de Fazenda tem ultimamente merecido uma especulação muito grande por parte de oportunistas, especuladores de diversas atividades. Ultimamente recebi a informação de que o IAP, teria autorizado recentemente, numa consulta prévia o direito dos empresários especuladores de ali colocarem o lixão.

Há tempos atrás o povo de Mandirituba e Fazenda Rio Grande iniciaram um trabalho de conscientização de que ali não é o lugar apropriado, porque ali está o manancial perto do rio Maurício e ali está encostando o rio Iguaçu. Há questão de 90 dias para cá, eu tive notícia de que o Prefeito o Grande Especulador, começou a comprar áreas e disse inclusive para os proprietários que não vendessem, que iriam perder, porque ali a prefeitura não autorizaria qualquer empreendimento. Para surpresa minha e certamente do povo da Fazenda Rio Grande, a notícia é que o IAP autorizou através de uma consulta prévia e que o Prefeito que comprou estas áreas por 20, 30, R\$ 50 mil o alqueire, já teria negociado por R\$ 7 milhões. Teria negociado esta área de 100 e poucos alqueires para transformar um dos menores municípios do Paraná, que tem apenas 150 quilômetros de área, que é a Fazenda Rio Grande, num grande lixão. Ora, a projeção do IPARDES é que a Fazenda Rio Grande poderá atingir 300 mil pessoas. Calculando a área ainda não loteada, precisaríamos ter mais 2 ou 3 municípios para chegarmos a esta população, com todo respeito ao IPARDES, porque 70% da área de Fazenda Rio Grande, que deve ter hoje, 80 mil habitantes e não mais de 100 como estão falando, dois terços do município já estão comprometidos com a área já loteada.

O Deputado Cheida, de Londrina, que já foi Secretário do Meio Ambiente poderia aqui, prestando um serviço à comunidade da região metropolitana, se pronunciar se o projeto do tempo que era Secretário, passou pela sua secretaria e se foi autorizado essa grande especulação.

É realmente um grande negócio da China. Não queria dizer aqui, que esse negócio da China, para o Prefeito que compra por um preço miserável dos ali descendentes de famílias antiquíssimas e, que vende por 7 milhões. Que esse grande negócio da China, não fosse motivo daquela viagem que o Prefeito fez em primeira viagem junto com S. Exa. o Governador para o Japão.

Porque nós não podemos permitir que um dos municípios menores do Paraná, se transforme no município do lixão.

Nesse fim de semana assassinaram duas pessoas, no município de Fazenda Rio Grande, já estamos completando este ano, vinte e dois assassinatos na Fazenda Rio Grande. O ano passado foram sessenta e nove, por

quê? Porque o Governo do Estado não está entendendo que a estrutura que Cornélio Procópio tem, que Pato Branco tem, que Francisco Beltrão tem, que Guarapuava tem, nós temos que ter essa estrutura de segurança no nosso município. Porque hoje, quem manda na delegacia além do Prefeito é um cidadão chamado “Bicudo”, que se quer é Delegado. É apenas um superintendente.

Lamentavelmente não temos Batalhão da Polícia Militar, não temos Delegacia da Mulher, enfim, não temos estrutura alguma compatível com esses projetos que aí estão da grande população da Fazenda Rio Grande.

Espero Sra. Presidente, que o IAP informe imediatamente a esta Casa, se participou, se acolheu, se aprovou esse negócio vergonhoso, que é quando se compra por dez e se vende por um milhão.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passo a palavra ao Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ney Leprevost, por trinta minutos.

Pela ordem, o Deputado Luiz Malucelli.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, queria parabenizar o Deputado Anibelli, porque hoje passa a valer Deputado Anibelli, o seu projeto de lei, dos quais os municípios que têm o posto de pedágio estão isentos.

Nós que andamos no interior nesse final de semana, o senhor engrandeceu o Parlamento Estadual, porque o povo do Paraná está grato com a sua atitude, com o Governador que sancionou a lei. Espero que outros fatos relevantes comecem a aparecer.

Eu mesmo esses dias usei 120 quilômetros, na Raposo Tavares, em direção ao Mato Grosso do Sul e paguei R\$ 8,20 para ir e voltar. Aqui a gente vai até a nossa Morretes e gasta R\$ 22 para ir e voltar.

Então Anibelli, parabéns pelo projeto de lei, pela lei que hoje entra em vigor.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pela ordem, Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Agradeço as palavras do Deputado Malucelli, quero dizer que em todos os lugares aonde andei e em todas as entrevistas que eu dei, eu disse que nós tivemos o apoio unânime desta Casa, dos Deputados da Situação e dos Deputados da Oposição. Não era uma vitória minha, mas uma vitória do Poder Legislativo, uma vitória do povo do Paraná.

Por isso, mais uma vez, obrigado a todos os companheiros Parlamentares.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Nobre Deputada Cida Borghetti.

Em primeiro lugar quero cumprimentá-la, porque acredito que dificilmente uma Assembléia pode estar sendo presidida por uma Deputada tão bonita como a senhora. Meus parabéns. E parabéns ao nosso amigo Deputado Ricardo Barros, seu marido, que hoje por sinal presidiu a primeira reunião da Executiva do Partido Progressista da sua gestão e já tomando medidas importantes, estabelecendo que o PP fará esforços para lançar candidatura própria a prefeitura dos trinta maiores municípios do estado do Paraná.

Meus parabéns a senhora, a seu marido e também aos Deputados Antonio Belinati, Duílio Genari, que participaram ativamente desta reunião hoje pela manhã.

Quero antes de falar sobre Academia Brasileira de Eventos, apenas deixar pública para os senhores Parlamentares a minha posição pessoal sobre um assunto que vem sendo amplamente discutido através da imprensa nos últimos dias. Foi noticiado, que um grupo de Parlamentares pretende apresentar um projeto de lei diminuindo os poderes do Ministério Público Estadual, criando uma lei onde fica estabelecido o fórum privilegiado para detentores de mandato para autoridades.

Quero Srs. Deputados, com todo respeito que tenho por cada um dos senhores, compreendendo os motivos que levam cada um dos senhores a tomar essa iniciativa, mas quero me dar o direito de discordar dessa idéia e deixar pública a minha posição contra a criação de um fórum privilegiado.

Entendo que o Ministério Público tem que ter uma atuação independente. Existem alguns promotores que realmente cometem excessos. Mas nós não podemos cercar o trabalho de toda uma instituição que vem prestando serviços importantes para o Brasil, devido ao erro de um ou outro Promotor que abusam de seus poderes. O Ministério Público tem a sua atuação garantida pela Constituição de 1988. O Ministério Público vem ajudando a passar o Brasil a limpo e os anseios da sociedade brasileira que cada vez mais exista transparência no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

Portanto, Srs. Deputados, permitir que apenas o Procurador-Geral da Justiça possa abrir processos investigativos, é um equívoco e não tenham dúvidas que a lei que foi aprovada em Minas Gerais deverá ser derrubada no Supremo Tribunal Federal. A minha modesta opinião e eu aqui sou um dos mais novos e talvez seja um dos mais inexperientes entre todos os Deputados. Tenho apenas trinta e três anos de idade e estou no primeiro mandato como Deputado. Mas acredito Srs. Deputados que se nós aprovarmos essa lei, iremos pagar um mico nacional, porque não tenho a menor dúvida, de que o Supremo Tribunal Federal irá derrubar essa tentativa de fórum privilegiado e creio que isso, além de tudo, irá contra os anseios da sociedade, que clama por mais transparência e pelo combate eficaz, rigoroso contra a corrupção, coisa que o Ministério Público vem fazendo.

Existem alguns excessos, claro que existem! Mas esses excessos devem ser denunciados no órgão responsável que é a Corregedoria do próprio Ministério Público. É para isso que existe uma Corregedoria dentro do Ministério Público.

**O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)**

Eu, como Líder do PT, tenho convicção de que nossa bancada é unânime e é contrária a qualquer restrição de ação do Ministério Público. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. É a posição firme e decidida da nossa bancada. Se há alguns excessos do Ministério Público, eles precisam ser corrigidos de forma adequada. Mas, nós não podemos limitar o poder do Ministério Público. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMBD) (Aparte)**

Muito obrigado, Deputado. V. Exa. traz um assunto importante. Respeito sua opinião. Acho que nós não podemos fazer nenhuma lei para que tenhamos privilégio. Concorro com isso. Quem deve, tem que pagar. Mas, é preciso, através da intenção de alguns Deputados, que esta Casa se manifeste diante do absurdo que muitos Promotores cometem, nos poderes que lhes foram dados na Constituição passada. Há muitos Promotores que deveriam também estar presos.

Quero dizer do meu respeito pelo Ministério Público. É uma instituição que merece muito respeito e tem uma importância muito grande para o Brasil. Se não fosse o Ministério Público seria muito pior. É importantíssimo. Mas, tem Promotor que não podemos admitir deixá-los fazer. Porque também é privilégio esta lei, de eles fazerem o que quiserem. Conheço algumas pessoas humildes que estão com a faca no pescoço, vengosamente, com o Ministério Público, e muitas delas acabam virando obrigatório no tribunal. Daí a justiça para corrigir os excessos. Está correto. Mas, é preciso que dê-se um basta nisso.

Eu já falei, para os senhores que estão nos assistindo, para ter uma idéia, há um Promotor na minha cidade, Foz do Iguaçu, que fez um ofício do Ministério Público pedindo duas funcionárias para que colocasse a disposição deles. Eu era Prefeito. E coloquei. Passou-se 6 meses o mesmo Promotor moveu um processo por desvio de função. Então, é um mau caráter. Não podemos ser capachos desta gente. A instituição merece todo o respeito. É importante para o Brasil, mas é importante punir os culpados também no Ministério Público. Eles fazem coisas indevidas, e nós temos que gastar dinheiro com advogados para nos defender de um elemento que deveria estar preso, ao invés de ser Promotor. Muito obrigado!

**O SR. NEY LEPREVOST(PP)**

Agradeço o aparte do Deputado e sem dúvida alguma este diálogo franco e sincero é que faz com que o Parlamento evolua e esta é, sem dúvida alguma, uma das

grandes conquistas da democracia; nós poderemos emitir nossa opinião de maneira franca, democrática e livre.

**O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido) (Aparte)**

Muito obrigado por conceder o aparte. Procurarei ser breve apenas para informar que endosso, em parte, o que o Deputado Dobrandino falou. Visto, Deputado, que entrei com uma representação contra o nepotismo no município de Fazenda Rio Grande. Apresentei esta representação ao Ministério Público. Faz dois anos. E até hoje não obtive resposta porque o Ministério Público considera os Deputados subalternos. Eles entendem que não temos autoridade, quando na verdade nossa autoridade supera em muito a deles. Eles não se submeteram à apreciação do povo, do voto do povo, como nós. E o cerceamento a palavra é o que o Procurador Geral, hoje, o Sr. Macedo, Riquelme Macedo, tem atentado contra este Parlamentar. Todas as queixas que o Prefeito nos envolve, não porque roubamos, matamos, ou tenhamos feito algo errado. Apenas porque nos expressamos, como me expressei nesta Tribuna, contra o lixão da Fazenda Rio Grande. E no entanto, o Ministério Público, na pessoa do seu Procurador, quer me tirar o direito de falar, Sr. Deputado! Ele não tem essa atribuição! Nenhum Promotor tem o direito de cercear a palavra de um Parlamentar e ele está usando o poder de pressão para me fechar a boca, esse de Macedo.

Por isso quero dizer a V. Exa que o Ministério Público existe desde que existe o Brasil. Sempre tivemos alguém que defendesse o povo e precisamos que continue existindo. Mas não com o oportunismo que eles têm hoje, porque enquanto nós Deputados humildemente respondemos aqui quantos parentes tínhamos no gabinete, o Promotor da Fazenda Rio Grande, amiguinho do Prefeito, sequer nos respondeu pela reclamação. Por isso esta Casa tem que rever mesmo os direitos do Ministério Público e dentro da liberdade que nos cabe, dentro dos princípios democráticos, colocá-los nos seus devidos lugares.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço o aparte do nobre Deputado Geraldo Cartário! Apenas para deixar claro que se existe uma ou outra questão onde determinados Promotores extrapolam as suas funções e até não cumprem a lei, creio que não podemos e não devemos generalizar, mas entendo sua posição. Nós não podemos atacar toda a instituição devido um ou outro caso onde realmente existem problemas e esses casos - pelo menos na minha mais modesta opinião - devem ser denunciados à Corregedoria do Ministério Público. Agora, se temos três coisas que funcionam bem hoje no Brasil democrático, são: a Polícia Federal, que vem fazendo um trabalho extraordinário combatendo o crime organizado e prendendo corruptos; o Ministério Público, que vem denunciando principalmente a corrupção; e a imprensa, que hoje atua de forma livre e cumpre o verdadeiro papel de fiscal da sociedade. Isso é inegável, agora é claro que existem exceções e existem problemas e esses problemas precisam, evidentemente, ser corrigidos!



Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto e depois ao Deputado Romanelli. Só peço que ambos sejam o mais objetivo possível, porque temos um outro assunto aqui também.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Deputado Ney Leprevost, queria apenas dizer a V. Exa. que concordo com o que disse aqui o Deputado Dobrandino, concordo com o que disse aqui o Deputado Cartário, até porque já passamos pelas prefeituras como Prefeitos e, infelizmente, Deputado Ney, V. Exa. ainda não passou por uma prefeitura como Prefeito, mas existem dois pesos e duas medidas e vou lhe dar um exemplo: o Governo Jaime Lerner foi um dos Governos mais corruptos da história do Paraná e quantas ações fez o Ministério Público? Dá para contar nos dedos. Pouquíssimas, quando provocadas. Quando é um Prefeito do interior, o Ministério Público faz até ação baseada em uma notícia que está no jornal, dizendo que a população está a clamar por aquela ação. Então, existem promotores politiqueiros, mandados por outros. Sou a favor e concordo com V. Exa. que não devemos acabar com o Ministério Público - sou a maior vítima do Ministério Público, mas não quero acabar com o Ministério Público. No Ministério Público alguns membros precisam entender a lei, saber o que significa o sentido da lei, mas a lei verdadeira e não a lei politiqueira. É preciso entender a lei e colocá-la em prática, para proteger o que determina a função do Ministério Público: proteger as leis e o cidadão brasileiro.

E por outro lado, essa questão que envolve o Governador de escolher de uma lista triplíce quem vai comandar o Ministério Público do Paraná, sou contra. Fui o único Deputado que fiz um pronunciamento aqui no dia em que tomou posse o atual Procurador, e esta Casa fez 16 votos e na história deste Parlamento. Nunca havia recebido 16 votos contra, como recebeu o atual Procurador. Dezesesseis votos contra recebeu, porque levantei a minha voz e disse: o Governador tem que respeitar o que os Procuradores querem, que é uma eleição direta. E ainda hoje perguntava a minha assessoria se posso fazer um projeto para fazer com que se torne lei no Paraná. Infelizmente não posso, mas gostaria de fazer um projeto de lei nesta Casa em que vencesse quem tivesse mais votos e não a ingerência de um Governador, que quando acorda em um dia está bom, no outro dia não está bom e aí ele resolve um dia bater em um, outro dia em outro, e assim diante. Por isso V. Exa. tem razão em algumas partes e em outras não.

Muito obrigado!

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Agradeço o aparte do nobre Deputado Jocelito Canto.

Com a palavra o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Prezado Deputado Ney Leprevost, V. Exa. traz como primeiro tema dessa sua fala um tema que pelo menos esteve nas manchetes dos jornais dos últimos dias. Infelizmente na maior parte das vezes de maneira truncada, que faz que V. Exa. inclusive vá à tribuna, para quase que manifestar solidariedade a uma instituição como se ela estivesse sendo atacada.

Na verdade, vamos reconhecer, nós vivemos um estado democrático de direito. Se o Ministério Público tem hoje a natureza que tem, embora seja um órgão do Poder Executivo, mas tem essa natureza, foi por conta do legislador constituinte que deu essas atribuições a essa instituição. E que em todos os estados, e no plano federal, exerce claro, representando o povo brasileiro, o exercício, o fiel guardião da lei. E por ser guardião da lei Deputado Ney Leprevost, nós todos que somos legisladores temos a obrigação de reconhecer que é no legislativo que se deve exercer o grande debate sobre as atividades que devem os órgãos, ou executam a lei ou são guardiões da lei. Ou seja, nós temos que reconhecer que há no nosso ordenamento jurídico hoje um questionamento. Porque a Constituição trata claramente na esfera penal por prerrogativa de função V. Exa. só pode ser processado no Tribunal de Justiça, se o crime eventualmente for cometido na alçada da justiça comum. Mas, V. Exa. se for processado na esfera civil com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa eventualmente, não vai ser processado no Tribunal de Justiça, vai ser processado efetivamente por um Juiz singular. Por que isto? Porque efetivamente está se pegando duas leis da ação civil pública e a lei de improbidade administrativa e hoje efetivamente aqui que a Constituição prevê de uma forma de ser processado, acaba-se efetivamente você não tendo simetria do ponto de vista de poder ser processado efetivamente por prerrogativa de função.

Eu penso que o tema na verdade a ser enfrentado é justamente o seguinte, nós todos temos que preservar o Ministério Público que é uma grande instituição, e eu sempre digo, quando Jesus Sarrão, Luis Carlos Delazari, o Elio Levin, e tantos outros, Alfredo Garcindo, grandes Procuradores que nós tivemos no nosso estado, o Jiacoia, todas essas pessoas deram grandes demonstrações e me ensinaram ainda muito jovem a respeitar essa instituição do Ministério Público ainda quando ela não tinha as atribuições depois da Constituição de 88.

Mas é necessário reconhecer que nós aqui, esta Casa, pode e deve, como bem disse o Presidente Nelson Justus, que participou de um encontro nacional dos legislativos, pode e deve discutir sim essas questões que envolve o Ministério Público. Agora, por óbvio, todos nós deveremos ver os desdobramentos, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais votou uma emenda numa lei complementar que estabelece um rito em relação a questão das ações civis públicas que são por improbidade administrativa das investigações e inquéritos civis. É claro que é necessário esperar qual que vai ser o tratamento que o

STF vai dar no caso da lei mineira para que esta Casa possa depois discutir o tema.

Agora, vamos tentar fazer uma coisa, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. que é uma pessoa inteligente e que eu conheço há tantos anos, conheço a sua família e sei dos seus posicionamentos, eu penso que não é de fazer uma posição maniqueísta aqui, a favor ou contra do bem e do mal, eu acho que o Ministério Público que nós queremos, é claro, autônomo, livre, respeitador da lei, que não exagere, que não proponha ações que não estejam elas fundamentadas em lei. Acho que o tema na verdade tem que ser tratado nessa abrangência da forma mais democrática possível de fortalecimento da instituição. E é claro, aquelas pessoas eventualmente que são iguais a nós, os Promotores não são pessoas superiores a ninguém, são pessoas iguais a nós, prestaram concurso público e estão investidos naquela função, são cidadãos normais, homens e mulheres normais. Então, o que nós temos que reconhecer? Que a legislação tem que estar muito clara para que essa instituição possa continuar trabalhando e cada vez avançando mais em proteção à cidadania.

V. Exa. faz muito bem trazer esse tema para esta Casa.

Muito obrigado!

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço o aparte do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Sem dúvida alguma o Parlamento deve debater. Não apenas esse, mas outros temas também e sempre de forma democrática, como estamos fazendo aqui hoje.

Concedo um aparte ao Líder da Oposição Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Ney Leprevost, parece-me que estamos dando enfoque para essa questão em alguns setores de forma errada. A instituição é uma situação. E atitudes de membros do Ministério Público podem ser contestadas.

Estamos correndo ao redor de uma roda e não chegamos a lugar nenhum. Temos que ter o cuidado, porque ninguém tem mais legitimidade do que uma pessoa que é escolhida por milhares de paranaenses.

Não estou contestando o Ministério Público e nem vou contestar. Posso contestar determinadas atitudes de uma determinada pessoa. Quero que fique claro isso, porque senão amanhã aparece em manchete que esta Casa quer tirar poderes do Ministério Público, que os Deputados não querem ser investigados.

Não tenho nenhuma preocupação com isso. Respeito o Ministério Público. O dia em que eu temer o Ministério Público vou para casa cuidar da minha família, da minha gente. Agora não, agora estou cuidando do povo do Paraná. E quem é homem público tem que estar sujeito a investigações.

Tenho minha preocupação quando se trata disso, porque não é isso que quero. Não quero limitar poderes de ninguém. Quero que todos sejam livres. Mas cada um

dentro do que a lei permite e dentro do que os homens públicos devem ter, que é o respeito.

Muito obrigado!

#### O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Concordo, Deputado Valdir Rossoni, com seu pronunciamento em gênero, número e grau.

Temos que tomar muito cuidado para que a posição da Assembléia Legislativa não seja confundida com a posição do Sr. Governador Roberto Requião, este sim, publicamente atacou o Ministério Público como instituição e generalizou as críticas ao Ministério Público.

Quero falar de um outro tema. Sr. Presidente, estamos recebendo nesta Casa os membros da Academia Brasileira de Eventos. Surgiu sob a tutela de renomados profissionais e líderes empresariais que se destacam por suas contribuições ao segmento de feiras, de eventos.

Trata-se de uma iniciativa inédita neste país. O objetivo da Academia Brasileira de Eventos é promover exposições, seminários itinerantes nas principais cidades do país para difusão do melhor uso das diversas ferramentas do marketing promocional da promoção comercial e do turismo de negócios.

Ela já conta com 19 membros ocupando suas respectivas cadeiras. Entre eles: Álvaro Brito Bezerra de Melo, Antonia Marisa Canton, Armando Alberto Arruda Pereira Campo Melo, Caio Luiz de Carvalho que foi o melhor Presidente da EMBRATUR que esse país já conheceu. Chieko Aoki, Eduardo Sanovicz, Eraldo Alves da Cruz, Goiaci Alves Guimarães que foi Presidente da ABAVE e na sua gestão fizemos o Congresso ABAVE em Curitiba, reunindo mais de 18 mil pessoas de 60 países que vieram à nossa cidade e saíram encantadas com Curitiba: Guilherme de Jesus Paulus; Ibrahim Georges Tahtouth; João de Simoni S. Ferracciu; José Rafael Guagliardi; José Wagner Ferreira; Margareth Sobrinho Pizzatto, nossa querida amiga, representante do Paraná na Academia Brasileira de Eventos; Mário de Mello Faro; Paulo Renato Dantas Gaudenzi, que foi Secretário do Turismo da Bahia; Raimundo Pedro Argolo Peres; Roosevelt Hamam e Sérgio Junqueira Arantes.

A Academia Brasileira de Eventos está promovendo, hoje, em Curitiba, um seminário onde está sendo discutido o turismo de eventos. O turismo de eventos é o turismo que mais cresce no Brasil. Dados divulgados pela Oxford Economics revelam que a expectativa é de que, no Brasil, os negócios no setor cresçam 7.2% neste ano. Nos anos seguintes o índice deve ser de 5.3%, um ponto percentual acima do previsto como medida mundial.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, o turismo brasileiro bateu recordes até abril deste ano, com destaque para os desembarques domésticos que aumentaram 9.1% nos 4 primeiros meses de 2007, sobre igual intervalo de 2006. Outro recorde foi o volume de receitas cambiais originárias dos gastos de turistas estrangeiros que totalizou mais de 1 bilhão e 300

milhões no 1º trimestre de 2007. O montante representa um avanço de 9.7% sobre igual período de 2006.

O Brasil é top set no ranking dos 10 países que mais recebem eventos no mundo. Com 207 encontros internacionais sediados no ano passado, o país garantiu a 7ª posição no ranking 2006 da International Congress & Convention Association, a principal associação internacional do segmento. O relatório revela que o país ganhou 4 posições em relação a 2005.

Portanto, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a nossa satisfação, não apenas em meu nome, mas em nome de todos os Parlamentares que têm base na cidade de Curitiba, pelo fato de a nossa cidade estar recebendo um evento desta importância.

Quero desejar a todos os membros da Academia Brasileira de Eventos que vêm, hoje, prestigiar a Sessão da Assembléia Legislativa, para que tenham uma ótima estada na capital e que, também, os debates sobre o turismo de eventos possam ser bastante produtivos, porque sabemos que a principal vocação turística de Curitiba é, exatamente, a área do turismo de eventos, do turismo de negócios que, por sinal, Sr. Presidente Nelson Justus, é um turismo muito mais lucrativo que o turismo de passeio, porque o turista de eventos tem o hábito de pedir nota fiscal, o que nem sempre os turistas de passeio fazem.

Como o turista de eventos tem que justificar para a sua empresa onde ele está e justificar os gastos, ele pede nota fiscal, gera tributos no estado e na cidade onde ele está fazendo seu evento e, além disso, evidentemente, ajuda a gerar empregos nos hotéis, no comércio, nos restaurantes, empregos para os taxistas, enfim, para os variados setores que sobrevivem desta indústria que é a que mais cresce no mundo, a indústria sem chaminés, a indústria ecologicamente correta, que é a indústria do turismo.

Por isso, parabéns às senhoras e senhores que compõem essa academia e parabéns, de modo especial à nossa querida Margareth Pizzatto, paranaense, que ocupa a cadeira José Richa na Academia Brasileira de Eventos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e obrigado aos nossos convidados!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta o Deputado Ney Leprevost pela iniciativa, saúda a todos os membros da Academia Brasileira de Eventos, especialmente na pessoa da Sra. Margareth Pizzatto. Sejam bem-vindos a esta Casa, à nossa cidade e parabéns realmente à proposição do Deputado Ney Leprevost, que alcança eco aqui nesta Casa. Sejam bem-vindos e as nossas homenagens.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

##### (Assentimento)

Para homenagear também, nobre Presidente, os psicólogos, hoje é o Dia do Psicólogo e também dos Corretores de Imóveis. O Paraná tem uma categoria de corretores

de imóveis da mais alta qualificação profissional. Que Deus abençoe a todos os Corretores e aos Psicólogos, a quem Deus deu também uma missão muito importante.

### *Horário das Lideranças:*

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Carlos Simões, no horário do PTB.

##### (Declinou)

Horário do PDT, Bloco PSB/PL/PRB/PV.

##### (Declinaram)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### *Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)*

#### O SR. MARCELO RANGEL

Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa.

Antes do meu pronunciamento, gostaria de comunicar os nobres Parlamentares que no dia 04 de setembro, às 11h da manhã, já está confirmado, vamos receber o Conselheiro do Tribunal de Contas, Fernando Guimarães, na Comissão de Comunicação desta Casa. Ele que emitiu a nota de comunicação de irregularidades sobre a Secretaria da Comunicação.

##### (Lê):

“O motivo do meu pronunciamento hoje nesta tribuna, é para fixar uma posição firme e clara sobre a pretensão de que Promotores de Justiça e o Ministério Público do Paraná tenham seus poderes diminuídos.

Sou formado em Direito e optei pela vida pública em virtude de acreditar que é possível lutarmos por uma sociedade justa, onde a lei seja soberana e os homens devam se adaptar às obrigações do convívio social. Quero então deixar muito evidente a minha posição como Parlamentar e defensor da causa pública de que se depender do meu voto, da minha decisão, esse tipo de lei jamais será aprovada pela Assembléia Legislativa.

Sou contra, senhores e senhoras. Entendo que o Ministério Público, como o poder Judiciário em geral, deve ter autonomia para as suas decisões. Toda e qualquer forma de ingerência, privilégios e jeitinhos brasileiros é, para mim, um tremendo absurdo.

Sei que estão procurando medidas administrativas para limitar a força do Ministério Público. Vejo neste ponto interesses estranhos e se depender do meu voto, este projeto nem seria discutido.

O que será da nossa Justiça se ela for impedida por nós, legisladores, de instaurar decisões judiciais contra os principais escalões de Poder do estado? Acho que estamos equivocados nesta medida. Somos cidadãos comuns, como quaisquer outros, apenas investidos de uma função pública.

Esta função pública, por força da prática social já é, por si só, um privilégio para o cidadão que é eleito para ela. Entretanto, ele não pode e não deve, a partir desse privilégio público, tentar aumentar ainda mais a sua imunidade.

Sou contra também aí que se convencionou chamar de foro privilegiado. Entendo que a partir do momento que não vigorarem mais esses privilégios judiciais para o homem público, a política terá maior credibilidade.

E é credibilidade que estamos precisando. Não são privilégios. Esses já existem até de maneira imoral. Eles acabam acobertando crimes, erros inconcebíveis e fazendo com que a sociedade desconfie sempre de nossa classe política.

Não vamos cair em mais um erro de nos tornarmos ainda mais soberanos. Essa prepotência é própria daqueles que não querem dar satisfação ao povo. É por isso que não temos segurança, é por isso que nossa educação é falha. É por isso que os homens vivem alimentando a vontade pelo poder.

Minha postura pessoal é pela rejeição, pura e simples, dessa pretensão. Vamos legislar, criar novas idéias, administrativas nossas atividades públicas e garantir para o povo aquilo que lhe é de direito.

Não concordo com a ingerência, não aprovo esse tipo de argumento, sou contra o desrespeito aos princípios constitucionais. O bom Executivo, o bom Legislativo e a boa prática da atividade pública só será plena se houver respeito mútuo.

Os arrepios da lei são condenáveis. Não podemos usar de tantos subterfúgios para fugir do que é a nossa obrigação.

Meus respeitos ao Ministério Público, ao Poder Judiciário. Como assim espero que seja tratado como integrante do Poder Legislativo. E ao Executivo o meu igual respeito, com a espada em riste da fiscalização e da boa prática política.

Muito obrigado Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado Sr. Presidente.”

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Soube pela imprensa que o Tribunal de Contas já mandou a esta Casa o projeto, que dá o parecer prévio sobre as contas do Governo de 2006. Solicito a V. Exa. se poderia ter acesso a uma cópia dessa documentação, que já está na Casa, até por curiosidade, para saber quando foi emitido o parecer final do Tribunal de Contas do Paraná, referente às contas do Governador Roberto Requião, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas; PP.

(Declinam)

PT. Concedo a palavra ao Professor Luizão.

## ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Venho aqui para destacar a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em nosso estado, mais especificamente no município de Piraquara, na região de Guarituba, onde vai acontecer o maior investimento do Governo Federal em urbanização de áreas irregulares e saneamento básico do Brasil. A região da Nova Guarituba, em Piraquara, vai receber investimentos somados ao do Governo do Estado e do Município de Piraquara, um total de R\$ 98 milhões.

Considero fundamental que o Presidente - desta vez virá a um dos municípios da região metropolitana, que é Piraquara, que é evidente, receberá o maior volume de recursos - mas ao Paraná estão destinados recursos na ordem de R\$ 1 bilhão e 200 milhões. Deste total, 400 milhões serão destinados à urbanização de áreas irregulares, de favelas, que vão beneficiar mais de 30 municípios do estado do Paraná. Pinhais também receberá recursos de 38 milhões, para a urbanização de diversas áreas de ocupações irregulares.

Lamento pelo município de Pinhais, que o Executivo Municipal não estava representado. O Prefeito, inclusive, foi citado e deveria estar lá para assinar os convênios, mas lamentavelmente não apareceu. Independente disto, o município será beneficiado, através da COHAPAR, bastante adiantado na região da Nova Guarituba. Um trabalho que devo destacar, iniciou com o Deputado Romanelli, quando Presidente da COHAPAR, e temos que agradecer o seu empenho naquela oportunidade, junto com o Prefeito Gabão e o Ministro Paulo Bernardo, enfim, que desencadeou nesse processo que vai transformar aquela região.

E também os Deputados que estiveram presentes no local, Alexandre Curi, o Anibelli, representando a presidência desta Assembléia Legislativa, Deputado Romanelli e eu, estávamos lá presentes, destacar que o Presidente, como ele é conhecido, uma pessoa bastante popular, num ambiente em que ele se sentiu muito bem, onde eram os pobres daquela região que estavam lá, gente que precisa de Governo e foi muito emocionante, foi muito comovente a visita do Presidente e o encontro dele com o povo daquela região. O Governador Roberto Requião também fez um belo discurso, na oportunidade.

Acredito, Sr. Presidente, que diferente do que muitos Governos já fizeram, que as obras não saem do papel ou ficam apenas nos discursos, nesse caso já é fato que o dinheiro, por exemplo, para urbanizar o Guarituba, já está depositado na Caixa Econômica Federal, disponível para as obras, dependendo apenas das licitações. E assim também não é diferente nesses outros municípios do estado do Paraná, o dinheiro, parte dos recursos já se encontram disponíveis, prontos para serem aplicados.

Acredito que ainda neste ano muitas obras do PAC vão acontecer no estado do Paraná e muitos municípios serão beneficiados, principalmente a população mais pobre, a população que há muito tempo não vê recursos sendo investidos, principalmente no saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto, ligações de água, urbanização de favelas, relocação de famílias das áreas impróprias para moradias.

No caso do Guarituba, serão beneficiadas em torno de 10 mil famílias, num total de quase 50 mil pessoas - dessas famílias, 800 terão que ser relocadas imediatamente, já estão cadastradas para serem relocadas a uma área próxima, onde as pessoas vão manter o mesmo convívio social, porém numa região adequada para moradia, não às margens do rio, que por sinal, são rios que abastecem Curitiba e região metropolitana - em torno de 70% da água que abastece Curitiba e região metropolitana vem da região de Piraquara, da Serra do Mar.

Então, é indispensável que seja feita uma intervenção para preservar esta água. Não é possível estarmos consumindo água onde existe, às margens do rio, às margens do canal extravasor, onde coleta água limpa, logo que ela sai da barragem do Iraí, em torno de 50 mil pessoas, sem coleta e tratamento de esgoto.

Então, é evidente a sensibilidade do Governo Federal de perceber que ali era mais do que necessário uma intervenção e um investimento desta ordem.

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui pedir o apoio de V. Exas. para a formação de uma Frente Parlamentar da Região Metropolitana, que estou propondo com alguns Deputados dessas regiões para que discutamos assuntos relacionados à Região Metropolitana de Curitiba, assuntos como transporte coletivo, segurança, saúde, porque temos clareza de que os municípios isoladamente não conseguirão resolver os seus problemas na área da saúde, na questão do lixo, na questão da segurança pública. Por quê? Porque quando na década de 70, onde foi pactuado entre o município de Curitiba e a região metropolitana, Curitiba tinha 3/4 da população dessa região toda. A região metropolitana tinha apenas 1/4 da população, mas hoje temos em Curitiba em torno de 1 milhão e 500 mil pessoas e na região metropolitana temos também esta quantidade de pessoas. Então, é preciso repactuar as atenções voltadas para as políticas públicas.

Vou dar um exemplo: na década de 70, como Curitiba tinha 3/4 da população, é evidente que na questão da segurança pública tinha que ter uma atenção maior para Curitiba, portanto Curitiba, hoje, conta com 3 batalhões da Polícia Militar e a região metropolitana conta com 1 batalhão, que é o 17º Batalhão, sediado em São José dos Pinhais, região do Deputado Francisco Bühner. Como houve um grande êxodo de famílias vindas do interior, a população aumentou muito na região metropolitana, mas a estrutura da segurança pública continua muito concentrada em Curitiba.

Não é diferente na área da saúde. Curitiba, como atendia mais pessoas também, concentrou um maior número de recursos, mas hoje a região metropolitana precisa de um novo pacto e os municípios têm que se ajudar, têm que estabelecer consórcios para resolver os seus problemas. O município, isoladamente, não vai conseguir resolver problemas, por exemplo, na área da saúde, na área do lixo. Como os municípios vão conseguir coletar, reciclar e destinar o lixo, cada um no seu município? É preciso fazer consórcios, é preciso haver colaboração entre os municípios.

Na área da saúde, como o município vai dar conta de todas as especialidades na área da saúde? É preciso haver um consórcio de forma que os municípios adquiram remédios - já vem acontecendo em muitos casos essa situação - adquiram remédios em conjunto. E também os municípios se especializem em determinada especialidade médica, outro município em outra especialidade médica, de forma que os municípios, em conjunto, consigam se tornar mais fortes para enfrentar as suas demandas.

Estou propondo, a criação de uma Frente Parlamentar com alguns Deputados de região metropolitana, para que possamos discutir junto com a Associação dos Municípios da Região Metropolitana - ASSOMEQ, esses problemas e encontrar soluções.

Um dos problemas que está na ordem do dia é transporte coletivo, porque a URBS é que está administrando o transporte da região metropolitana, que é competência da COMEC. Já foi aditado esse convênio em setembro, agora no mês que vem vence novamente e precisamos ter uma discussão antes que esse convênio seja aditado novamente, sem uma maior participação dos municípios da região metropolitana na discussão dos itinerários, na discussão das tarifas, na discussão do aumento dos ônibus, enfim uma ampla discussão, tenha participação e que a administração da URBS seja também mais transparente nessa questão.

Era isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Deputado Nelson Justus que preside esta Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

Quero primeiro agradecer as gentis palavras do Deputado Waldyr Pugliesi, dizendo que dentro do PMDB vai me ajudar no caminho para ser candidato a Prefeito de Curitiba.

Muito obrigado.

Queria abordar 2 temas importantes: um deles é o assassinato dessa menina de 18 anos, Ana Cláudia Caron. Foram presas 4 pessoas, duas confessaram o crime, um

rapaz de 17 anos, que fez 18 ontem, e um de 16. Esse episódio me lembrou muito daquele menino, João Hélio, no Rio de Janeiro, que foi arrastado por várias ruas, por quilômetros, sem a menor importância da parte de quem estava dentro do carro com o que estava acontecendo com o guri, um guri de 7 anos de idade!

A maioria penal não é um tema que essa Casa possa legislar, mas queria que a nossa voz ecoasse, porque tem que haver a possibilidade de um guri de 16, 17 anos, que mata alguém dessas formas estúpidas e bárbaras como estão fazendo, ser processado como adulto, porque o que vai acontecer na lei atual? Eles vão ficar no máximo 2 anos em uma instituição como a antiga FEBEM e depois saem em liberdade para cometer de novo aquilo que já fizeram. A lei tem que ser modificada de tal forma - aí vou contradizer os meus colegas - dando mais poder ainda ao Ministério Público, para que ele possa pedir ao Juiz que dê a maioria àquelas pessoas em função do crime bárbaro que cometeram. E o Juiz tem que ter autonomia perante a lei para conceder ou não, o Ministério Público, para pedir e o Juiz para conceder. Acho que isso resolve dois problemas: um problema que é o que todo mundo diz que um guri de 16 anos não pode ser tratado como adulto, isso não vai resolver o problema da criminalidade, estaria preservado nessa mudança, mas também estaria preservada a indignação e revolta que a sociedade tem de um guri de 17 anos matar alguém dessas formas estúpidas e nada acontecer com eles, porque 2 anos em uma espécie de internato não resolve o problema desse tipo de assassinato. Então queria que os meus colegas se somassem a esse apelo que faço para que a lei seja modificada.

Da mesma forma, queria abordar esse tema que foi discutido hoje quando o Deputado Ney Leprevost estava na tribuna, sobre a questão do foro privilegiado para autoridades. Acho que há uma solução intermediária para isso. Quero dizer que quando fui Secretário da Administração do Paraná ajudei muito o Ministério Público a se estruturar fazendo a formulação do Plano de Carreiras dos Funcionários do Ministério Público, fazendo concurso para eles, convencendo o Governador a aumentar o percentual que o Ministério Público tinha no orçamento, fornecendo as sedes que eles têm hoje, desde o prédio aqui atrás, Caetano Munhoz da Rocha, ao lado do museu, quanto as sedes no interior do Paraná inteiro. Tanto que na maioria dessas sedes têm até uma placa com meu nome pelo trabalho que fiz.

Mas acho que há uma situação que atende à questão de critérios para processos contra Prefeitos, quaisquer pessoas, entidades, o que for, se o ônus dos processos onde o Ministério Público perder, ele custear esse ônus, porque hoje, ele ao processar qualquer pessoa ou entidade, a pessoa paga o seu advogado, leva-se anos e ganha a causa. Se o custo dessa causa perdida for custeada pelo Ministério Público sem mudar o fórum, ele só vai abrir processos onde tiver mais informações, mas base para isso. Acabaria com processos sem razão, de praxe ou até

por perseguição, porque ele saberá que isso acabará chegando um ônus para o Ministério Público. Não tira a prerrogativa dele, mas gera mais critério ao se propor qualquer ação contra qualquer pessoa. Acho que isso já aconteceu em outros estados do Brasil, não tira nenhum tipo de prerrogativa do Ministério Público, não beneficia nenhuma pessoa, mas gera mais critérios ao se abrir qualquer ação contra qualquer cidadão.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria registrar aqui a satisfação de ter visto esta Casa representada na cerimônia de assinatura dos convênios do lançamento do PAC federal no Paraná, R\$1 bilhão e 200 milhões, representado pelo nosso Vice-Presidente Deputado Antonio Anibelli. Claro que estavam lá diversos outros Parlamentares, o Deputado Professor Luizão, o Deputado Mohamad, o Deputado Francisco Bühner, além de diversos Deputados Federais que ali se encontravam.

Mas o fato é que o Paraná ganhou muito na vinda do Presidente Lula, R\$ 1 bilhão e 200 milhões para serem aplicados pelo Governo do Estado e por 40 municípios paranaenses, em duas áreas que são absolutamente fundamentais: habitação e saneamento.

Pessoalmente, fiquei muito feliz que o lançamento ocorresse justamente no Novo Guarituba.

Para os Deputados que são do interior e que não conhecem o Guarituba - e a grande maioria não conhece - o Guarituba é uma cidade com 46 mil habitantes, uma área de exclusão social, muito próximo ao rio Iraí, uma área de proteção ambiental. O Professor Luizão que conhece muito bem a área, e que foi graças a uma parceria - porque tanto se falou hoje aqui do Ministério Público - quero dizer que o Ministério Público, que trabalha a favor do povo, foi graças a uma parceria que fizemos quando estava ainda com o Presidente da COHAPAR, com a Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, que é coordenada pelo Coordenador Honorato Sinclair que é, seguramente, um dos maiores protetores do meio ambiente do nosso estado.

Tem inimigos o Procurador Sinclair, porque ele é intransigente na defesa desse bem comum da vida que é a água e o meio ambiente. Quando conseguimos encontrar o caminho da regularização da regularização fundiária e da urbanização do Guarituba, fizemos justamente por conta do entendimento de como era possível avançar com a legislação restritiva que temos hoje, mas também no

reconhecimento que era impossível, imaginem, remover uma cidade com 46 mil pessoas.

Por isso que simbolicamente a assinatura do novo Guarituba, aí há se fazer um registro, Deputada Beti Pavin, também ao Prefeito de Piraquara, o Prefeito Gabão, que foi sempre um grande lutador pela realização dessa obra, é um Prefeito que tem se empenhado muito e conosco fez essa grande parceria, porque ali no Guarituba aplicamos aquilo que tínhamos aprendido, Deputada Beti Pavin, naquilo que havíamos feito juntamente com V. Exa, no nosso município de Colombo, lá na Vila Zumbi dos Palmares, onde moram 7 mil pessoas, 1.790 famílias, onde o nosso projeto anda muito bem.

Aliás, o Governador Requião, ontem pela manhã, muito cedo, visitava a Vila Zumbi dos Palmares e me telefonava, eu estava no interior ainda, para saber detalhes daquela nossa intervenção que está sendo feita pela Companhia de Habitação do Paraná.

Mas, digo isso, porque ali na Vila Zumbi dos Palmares, aprendemos como fazer uma política pública integrada, envolvendo os diversos organismos, sem esperar que pudesse vir um financiamento internacional.

Foi assim que iniciamos a obra do Novo Guarituba, trabalhando com os órgãos estaduais da nossa Companhia de Saneamento, de energia, com os financiamentos do nosso Paraná Urbano, do SEDU, além dos órgãos estaduais, mas num conceito, Deputado Cheida, que V. Exa. participou para formular esse conceito de política integrada, fazendo com que o estado pudesse mobilizar, num grande esforço, para que pudessemos dar uma vida mais digna para essas pessoas.

Por isso vem R\$ 1 bilhão e 200 milhões, do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula.

Hoje, vi uma notícia de jornal querendo desacreditar o investimento feito no Paraná, que o Presidente da República destinou R\$ 1 bilhão e 200 milhões para o estado do Paraná, até hoje de uma vez só.

Ficou muito feliz mesmo de poder falar do Governo do presidente Lula nessa parceria com o Governador Requião e de vivenciar momentos iguais àqueles onde Prefeitos de todos os partidos estavam ali recebendo recursos, porque a população, a cidadania exige e tem pressa de ter a solução de seus problemas. E o Governador Requião, para aqueles que reclamam e injustamente reclamam, fez questão que o estado pudesse, efetivamente, ajudar a repassar esses recursos do Governo Federal para os municípios, viabilizando também a contrapartida do estado, principalmente através das nossas concessionárias de energia e de saneamento.

Por isso, penso que nós paranaenses vamos lembrar esse dia 24 de agosto, da vinda do Presidente Lula, do contato do Presidente Lula com o povo que o recebeu com carinho, com respeito e que mais uma vez não escutamos vaias na vinda do Presidente Lula, apenas uma pequena manifestação de contrariedade por conta das posições em relação ao Prefeito Beto Richa, diga-se de

passagem, muito pequenas, e que não deveriam ter sido feitas.

Mas, de qualquer forma, em relação ao Presidente Lula, a população que estava ali, o Presidente pôde usar as duas orelhas para ouvir, o tempo todo, aplausos.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)**

Ontem o Presidente Lula deu uma entrevista no jornal O Estado de São Paulo, que achei uma entrevista histórica, marcante, que revela um alto grau de maturidade política do Presidente Lula.

Eu ia comentar sobre essa entrevista, porque tem alguns conceitos de extraordinária importância para se discutir aqui com relação ao Bolsa Família, por exemplo, que ele coloca. Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

O Presidente Lula é aquele que o Governador Requião não quis subir no palanque, estava com medo de perder votos. É aquele mesmo que trouxe recursos agora para o Paraná.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Quero dizer, Exa. que fico muito feliz de ter estado no palanque com o Presidente Lula. Aliás, se V. Exa. comparecer à Liderança do Governo verificará uma foto onde estamos eu, o Presidente Lula e o nosso Vice-Governador Orlando Pessutti, que aliás, é uma imagem fantástica.

Fico muito orgulhoso de ter estado ao lado do Presidente Lula na Boca Maldita, naquele dia histórico, onde o Presidente Lula pediu voto sim ao Governador Requião. E não tenho dúvidas que ajudou muito na eleição do Governador Requião.

#### **O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)**

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e agradecê-lo pelo reconhecimento na visão do Governo Lula em investir nas camadas que mais precisam, e é isso que tem dado o reconhecimento do povo brasileiro ao Governo que está dando certo.

Ouvi o pronunciamento do Presidente Lula quando ele estava em Porto Alegre, onde de certa forma, indiretamente, desafiou os economistas da República a dizer em que época a situação da República estava em bases tão sólidas com relação às reservas que o país tem, com relação à economia, inflação controlada, juros caindo, e isso que é importante, a renda do povo aumentando ano a ano.

Quero parabenizá-lo e também tenho orgulho, estive com muita satisfação nesse comício que V. Exa. se reportou, na Boca Maldita, que foi com certeza o comício da vitória do Presidente Lula e do Governador Requião.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Muito obrigado, Deputado Elton Welter, pelo aparte, agradeço, mas quero aqui dizer que muitas vezes

deixamos de prestar a devida homenagem às pessoas que muito merecem.

Quero reconhecer e gostaria de fazê-lo aqui a todas as pessoas que foram responsáveis pela realização do projeto Novo Guarituba: o Prefeito Gabão; a ex-Presidente e atual Diretora de Projetos da COHAPAR, Rosângela Curra; o Procurador Honorato Saint Clair, que foi decisivo neste processo todo, representando o Ministério Público. Quero reconhecer, aqui, os grandes esforços realizados pela Diretora de Meio Ambiente da SANEPAR, a Maria Arlete Rosa; quero reconhecer os esforços realizados pelo companheiro Presidente do IAP, Rasca Rodrigues e o Deputado Luiz Eduardo Cheida, a quem concedo a palavra, inclusive porque V. Exa. integra esta parceria de sucesso, que é o Novo Guarituba.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Agradeço o aparte.

Ministério da Agricultura, é para parabenizá-lo, porque este novo projeto do Novo Guarituba tem o seu espírito, suas mãos, seu trabalho. E às vezes, quem já foi executivo, como V. Exa. já foi, do estado, principalmente - e quem não foi não tem a dimensão do tempo que leva para maturar um projeto e para se colocar em prática - muitas vezes negamos aos outros aquilo que competiu a nós mesmos sonhar e idealizar. O que lá está saindo, me parece, é um projeto completo, não apenas um projeto habitacional, mas um projeto sócio-ambiental de grande envergadura, e V. Exa. sabe disso. É preciso que todos saibam, da grande responsabilidade, junto ao Governador Roberto Requião, de ter idealizado este projeto. Eu não estive no dia, na sexta-feira, junto ao Governador, ao Presidente Lula e a V. Exa., bem como aos demais Pares, porque estava no Rio de Janeiro recebendo um Prêmio Nacional de Ecologia, dado pelo Instituto Biosfera, um Instituto de grande renome, que nos premiou e eu fui até lá porque achei extraordinariamente importante receber esse prêmio. Não estivesse lá, estaria com V. Exa. também e com o nosso Governador e o Presidente Lula, que agracia o Paraná, faz jus ao trabalho que aqui se faz e àqueles que desejam e merecem uma vida melhor.

Mas, o aparte foi principalmente para parabenizá-lo, porque sei da paternidade desse projeto. E V. Exa. tem todas as honras e méritos por estarmos neste momento conseguindo finalizar esse objetivo.

Meus parabéns!

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para concluir, queria ainda corrigir uma indelicadeza, porque também estava presente conosco a Deputada Rosane Ferreira, que participou de todo aquele evento, e deixar registrado também um agradecimento ao Ministro Paulo Bernardo, que teve um papel decisivo na alocação desses recursos para o Paraná, ao lado dos Deputados Federais que compõem a base do

Governo e que ajudaram muito nesse processo, especialmente o Deputado André Vargas, que ajudou muito. Mas, quero registrar aqui o Ministro do Planejamento, que certamente é uma pessoa que contribuiu muito com o estado do Paraná, e é assim que as pessoas vão se credenciando na vida pública.

Era isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado a todos pela atenção.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, protocolei nesta Casa um requerimento, em junho ainda, e não foi ainda respondido pelo Exmo. Sr. Ayrton Carlos Pissetti. São 5 questionamentos, necessários para que eu possa inclusive dar andamento ao meu trabalho na região de Campo Mourão; eu não sei, mas já passou do tempo, já falei aqui da tribuna 3 vezes, não sei se ele perdeu o requerimento, se não chegou lá, porque acredito que não seja desrespeito da parte dele não atender a Assembléia Legislativa.

Então, gostaria da sua ajuda, se pudesse fazer com que pudéssemos receber resposta desse requerimento. Só lembrando que é a terceira vez que lembro deste assunto.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A resposta não veio ainda, Deputado. E é importante. Tenho em minha mesa a relação dos requerimentos aprovados aqui na Casa. Alguns vencidos e os vencidos, e renovamos o pedido para todos aqueles que não obtivemos resposta. Quero somente checar com V. Exa. depois, para verificarmos de que requerimento estamos falando, mas pode ter certeza que a Mesa vai cobrar isso, porque não vamos aceitar a não resposta.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Fiz um levantamento de vários requerimentos de outros Deputados também e chegou ao número de 37 requerimentos que eles não estão respondendo, seja o Governo ou as Secretarias.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Acho que é a cópia que nós lhe fornecemos.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

É. Estou ouvindo aqui, de bastidor, o Romanelli falando que não tem resposta. Então, fica difícil mesmo!

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, devida-



mente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos para conhecimento dos Srs. Deputados; À Diretoria Legislativa para providências.**

Indicação nº 263/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a distribuição de material genético multiplicador de cítricos a regiões diversificadas no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 264/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que seja viabilizada a construção de uma creche no distrito de Bateias, em Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 265/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, proponho ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, recursos para a construção de uma nova ala na Escola Municipal Ali Bark, no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 266/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, atualização dos estudos para a construção da hidrovia do rio Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2506, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 22 de agosto de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2505, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Dobrandino da Silva e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 27 de agosto de 2007, em Comissão Geral de

Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 537/07 - Mensagem nº 029/07. **Prejudicado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Careço aqui da presença do Líder do Governo, porque segundo entendimento na última quarta-feira, ele me disse que retiraria esse requerimento de transformação em Comissão Geral. Aguardo o posicionamento do Líder do Governo, porque não há motivos para transformar em Comissão Geral quando há um longo período aí e Comissão Geral é quando estamos encerrando o período.

Então, Sr. Presidente, há um entendimento com o Líder do Governo para a retirada desse requerimento transformando em Comissão Geral e espero que esse entendimento, da última quarta-feira, seja atendido. Estou aqui com o Líder, Deputado Romanelli, e aguardo o seu posicionamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, na verdade a tentativa foi, e até estávamos prevendo que por conta de que esse projeto de lei, que já está parado na Comissão de Obras, é um projeto de lei da maior importância.

Eu vou explicar: temos que fazer a Sessão porque há um recurso federal para se construir uma obra em Nova Esperança. É uma obra que vai beneficiar o pequeno agricultor e também o turismo, porque vai promover o artesanato. O dinheiro já está lá na Caixa Econômica Federal de Nova Esperança, eu apresentei um projeto de lei que infelizmente o Governador vetou, por conta daquilo que eu já disse, que ele tem vetado toda a iniciativa parlamentar de cessão de uso de imóvel que não seja de autoria, por óbvio, do Executivo, como prevê a Constituição. Mandou uma mensagem para esta Casa, mas infelizmente está paralisada na Comissão de Obras. Fui procurar o Presidente da Comissão de Obras e ele me disse que era um posicionamento de obstrução, em função dos projetos dele, que ele entendia que não estavam tramitando na Casa.

Eu respeito o Parlamentar em relação a opinião dele, mas quero dizer que pedi esse instrumento, embora pense que seja uma medida extrema, e disse isso ao Deputado Valdir Rossoni. Nem eu quero aprovar a Comissão Geral, mas de qualquer forma, Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem, me permite aqui, com base no artigo 33 do Regimento Interno da nossa Casa, que efetivamente a Diretoria Legislativa enviou, equivocadamente, esse projeto para a Comissão de Obras, porque o artigo 33 da Comissão de Obras estabelece as competências específicas, me permita, desculpe, eu vou reformular: o artigo 33 estabelece a competência das Comissões Permanentes, para que informe exatamente isso a V. Exa. E no parágrafo 7º, está a competên-

cia da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação. Compete à ela o quê? Manifestar sobre proposições relativas à obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos sobre trânsito, transporte e sobre comunicação geral.

Então, efetivamente em relação a cessão de uso de um imóvel não é previsto o parecer da Comissão de Obras desta Casa. Por isso, Exa., o que eu quero é uma solução, seja ela para votar o projeto sem o parecer da Comissão de Obras - porque já está esgotado o prazo, e infelizmente a Comissão de Obras não se reuniu para deliberar sobre o tema - ou então que V. Exa. reconheça essa questão de ordem que estou formulando a desnecessidade de se ter um parecer da Comissão de Obras para o Plenário votar essa matéria, como consta, aliás, da Ordem do Dia desta data.

É isso Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, recebemos na Comissão de Obras um pedido para fazer o encaminhamento do projeto dentro da comissão, encaminhar ao Relator, na quarta-feira, portanto, estamos no prazo legal. Na quinta-feira eu promovi uma Sessão Extraordinária da Comissão de Obras, às 15h, vim de Ponta Grossa especialmente para fazer a reunião com a Comissão de Obras justamente para analisar esse projeto, e não houve quórum. Como eu recebi na quarta-feira, estou dentro do prazo legal, o Deputado Romanelli faltou com a verdade ou está equivocado, não está atrasado, em absoluto, o meu trabalho; o meu trabalho está rigorosamente em dia.

Agora, preciso dizer algo interessante, Sr. Presidente: saiu na imprensa, tem um blog do Palácio, tem um jornal, enfim, todo mundo sabe, saiu que esse imóvel em Nova Esperança seria cedido para questões de saúde. Pois bem, esse jornal que publicou isso acarretou um problema gravíssimo, eu não sei o nome do jornal, é um jornal que o Deputado Dobrandino está investigando, para devolver milhões, ganhou milhões do Governo. Então, ele está investigando, com vontade, para devolver o dinheiro. Pois é, esse jornal falou que tem a ver com saúde. Não tem nada a ver com a saúde, tem a ver com turismo, e agora o Deputado falou uma outra coisa.

Gostaria de pedir permissão à Mesa Executiva para que a Comissão de Obras vá até Nova Esperança. Gostaria de visitar o local para saber o que está acontecendo, e pedir a retirada desse projeto, para que a comissão possa se reunir. Estou indicando como Relator o Deputado Elio Rusch, e estamos no prazo regimental, não estamos em falta.

Muito obrigado!

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Eu disse, na quarta-feira passada, que a Sessão de quinta-feira, que foi convocada para tratar desse assunto não iria ter quórum, como de fato não teve.

Quero fazer o registro que fiz o alerta naquele dia. Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apelo aqui que V. Exa. não aceite que se transforme em Comissão Geral. Determine um prazo regimental para que o projeto seja apreciado nas comissões. É doação de um terreno. As comissões têm estruturas próprias para desenvolver esse trabalho técnico e dar o parecer. Não há necessidade do deslocamento.

É uma questão de bom senso, de bom funcionamento e de entendimento nesta Casa.

Não é possível que se justifique a transformação em Comissão Geral este Plenário para doação de um terreno. Daí é o fim do mundo que está começando aqui.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passo a decidir a questão de ordem.

Não vejo necessidade de convocarmos a Comissão Geral. Tenho procurado aqui agir com maior equilíbrio e como magistrado.

Portanto, decido, a questão da seguinte forma: a meu ver, esta matéria não teria que ir à Comissão de Obras, no entanto foi, e por culpa do departamento legislativo da Casa, não deveria ter ido.

Avoco para a minha responsabilidade de não apreciar essa matéria hoje, e amanhã, com ou sem parecer da Comissão de Obras, votaremos essa matéria em 1ª discussão, até porque essa matéria está em regime de urgência, teríamos de votá-la hoje.

Aguardo o parecer da Comissão de Obras para amanhã. De qualquer maneira está inclusa na Ordem do Dia de amanhã, o item nº 12, com parecer ou sem parecer.

Pela ordem o Deputado Marcelo Rangel.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, vou convocar a reunião da Comissão de Obras, no final desta Sessão, e vou passar ao Relator o projeto para que ele dê o parecer.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, porque ficou registrado nos Anais da Casa que o nosso trabalho está rigorosamente em dia.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Se o Relator será o Deputado Elio Rusch, o mesmo é um Parlamentar experiente e que tem conhecimento das leis. Quando ele ler o anteprojeto de lei, vai encontrá-la no artigo 2º - naturalmente que ele não vai ler blog, ele vai ler o projeto de lei, que diz o seguinte: *Art. 2º Do imóvel objeto desta cessão de uso deverá ser utilizada a área total para construção de um barracão, a ser usado pela Secretaria Municipal de Turismo e pela Secretaria Municipal da Agricultura, para promover os produtos produzidos pela comunidade rural, sendo retomado pelo estado caso se comprove destinação diversa da estabelecida.*

O Deputado Elio Rusch vai ler a lei e vai ver a destinação. Não vai ficar, naturalmente, procurando os blogs existentes na internet para tentar descobrir a destinação do imóvel que o Governo destina ao município de Nova Esperança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a compreensão dos Deputados e passamos aos itens.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 123/07, que cria cargo que especifica, na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 095/07, de 20/08/07, em 1ª Discussão).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 355/07, de autoria dos Deputados Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e Rui Hara, que institui o Programa Compromisso Social de Prestação de Serviços à Comunidade por alunos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 355/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Compromisso Social, visando a participação em atividades de serviços à comunidade, dos alunos recém-formados dos cursos de graduação as universidades públicas estaduais, como forma de retribuição dos investimentos da sociedade quando de suas formações profissionais.

Art. 2º Todos os alunos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais participarão, pelo período de pelo menos um ano, após a conclusão do

curso, do Programa Compromisso Social, a ser implantado diretamente pela instituição de ensino, ou mediante convênios com órgãos estaduais, da administração direta ou indireta, fundações ou, ainda, em parcerias com instituições da sociedade civil sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. A participação, a que se refere o *caput* deste artigo, será espontânea, manifestada por compromisso escrito por parte do aluno, não podendo ser considerada como obrigatoriedade para a conclusão do curso.

Art. 3º Os serviços comunitários deverão ser prestados junto a entidade ou órgão da administração federal, estadual ou municipal, ou ainda à organização não-governamental ou entidade da sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 4º A partir da entrada em vigor desta lei, todos os convênios, acordos, ajustes, contratos e demais avenças celebrados pelas universidades públicas estaduais com o estado do Paraná, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, cujo objeto esteja compreendido na área de extensão e seja pertinente a serviços de consultoria ou cooperação técnica, e ainda nas terceirizações admitidas na legislação específica, serão executados, preferencialmente, com a utilização de participantes do Programa Compromisso Social.

Art. 5º As universidades públicas estaduais deverão implantar mecanismos de controle e avaliação continuada do Programa Compromisso Social.

Art. 6º Poderá ser estabelecida bolsa-auxílio para atender às despesas básicas dos inscritos no programa.

Art. 7º Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas a estender o Programa Compromisso Social para ex-alunos, formados antes da vigência desta lei, para participação exclusivamente voluntária.

Art. 8º O programa instituído por esta lei poderá ser implantado por órgãos estaduais de fomento à pesquisa, em contrapartida às bolsas concedidas.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 459/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que institui o dia 20 de junho como o Dia da Superação do Analfabetismo no Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 459/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído todos os dias 20 de junho, como o Dia da Superação do Analfabetismo no Estado do Paraná.

Art. 2º Todos os municípios do estado do Paraná, que se inscreverem no Programa Paraná Alfabetizado e conseguirem superar no município todas as dificuldades, receberão no final do ano uma honraria oferecida pela Assembléia Legislativa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

**3ª Discussão**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Mão Verde - Instituto Paranaense de Incremento às Ações Sociais e Ecológicas, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado a substitutivo geral da CCJ.**

**2ª Discussão**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - AMOR, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.  
Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**  
Em votação a emenda. **Aprovada.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá - HOFTALMAR, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**  
Em votação a emenda. **Aprovada.**

**1ª Discussão**

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui o Programa Saúde do Adolescente, no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 377/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem como escopo instituir o Programa Saúde do Adolescente, no estado do Paraná.

**Legitimidade e Legalidade**

Exordialmente faz-se necessária a análise da legitimidade para legislar com relação à matéria trazida pelo presente projeto, verifica-se primeiramente que está tratando de programa de saúde, então, vejamos:

*Art. 24. Compete a união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.*

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca das matérias relacionadas no presente projeto. Ademais disto, cabe ao estado esmiuçar as querelas existentes em face da matéria objeto de regulamentação. Ou seja, cabe ao estado dissertar especificamente, enquanto que à união legisla de maneira geral.

Ademais disto, vale a pena corroborar neste momento que o presente projeto visa à proteção dos direitos fundamentais inerentes à saúde dos adolescentes, não como forma de discriminação, mas como forma de regular, pois traça diretrizes dentro dessa premissa, sob aspecto social, todavia, para alcance de tal intento traz geração de despesas aos órgãos públicos.

Vejamos, também, que dentro do âmbito da Constituição Estadual encontra fundamentação tendo em vista que vislumbra o desenvolvimento setorial, pois a Carta Magna Estadual assim nos faz saber:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.*

Portanto, não fere a atuação da Secretaria de Estado, muito pelo contrário, vem este dentro das prerrogativas trazidas pelo exercício legal e suas funções relacionadas à criação de programas estatais que visem o desenvolvimento, no presente caso à saúde dos adolescentes, com um aspecto voltado à educação, o que nos faz concluir que o presente projeto de lei está revestido de constitucionalidade.

Quanto à técnica legislativa, cumpre os requisitos, quanto à técnica legislativa oriunda da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Com, relação à técnica legislativa o presente projeto não encontra nenhum óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 377/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, visa instituir o Programa Saúde do Adolescente no âmbito do estado do Paraná.

Após receber parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e Saúde Pública desta Casa, esta comissão, de acordo com as atribuições regimentais, é chamada a se manifestar acerca de sua viabilidade.

Como cidadãos, os adolescentes têm direito a saúde e é dever do estado garantir este acesso e, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina a prioridade de atendimento a esse grupo, bem como na formulação e execução das políticas sociais públicas.

Assim sendo, por entendermos que o projeto vem promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu crescimento e desenvolvimento, detectar precocemente os agravos à saúde e oferecer tratamento adequado, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 377/07**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 377/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, institui o Programa Saúde do Adolescente no estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública entende que a proposição irá trazer benefícios aos adolescentes entre 10 e 20 anos, dando uma maior assistência no que diz respeito à saúde, proporcionando assim, um melhor atendimento e uma melhor qualidade de vida.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 377/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
DR. BATISTA - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que concede o título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 465/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, concede o título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito no estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Trata-se de título de Cidadão Benemérito ao Sr. Jeroslau Pauliki.

Solicito ao Sr. Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário, que proceda à votação nominal.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

**(Lê):**

“Jeroslau Pauliki nasceu no município de Arapoti, em nosso estado, viveu toda a sua infância e parte da adolescência naquela cidade, vindo de um lar pobre. Seu sonho era ser auxiliar de escritório, foi vendedor de verdura, barbeiro, cobrador de ônibus e auxiliar de oficina mecânica.

Aos 18 anos, quando seu pai se aposentou, surgiu a grande oportunidade de mudar-se para Ponta Grossa, com o seu primeiro trabalho na oficina mecânica, conseguiu fazer o curso de datilografia e redação comercial, e quase perdeu o primeiro emprego por não saber usar papel carbono.

A oportunidade de abrir uma empresa surgiu quando cursava a Faculdade de Economia em Ponta Grossa, já estava com 34 anos, casado e com filhos. Jeroslau e seu sócio possuíam como patrimônio inicial, uma Brasília amarela e um imóvel, que foram vendidos para comprar um caminhão que seria utilizado em suas atividades em 1978, quando fundaram a Loja Mercadomóveis, com o intuito de atender o público consumidor do bairro Ronda. Nos primeiros 15 anos os sócios abriram 9 lojas e tinham os públicos C e D como principais clientes, porque vendiam móveis simples e ofereciam crédito a quem não conseguia comprar a prazo em outros lugares.

Depois disso os dois sócios fizeram um acerto e o negócio ficou com Jeroslau, que já contava com a sua família como seus dedicados colaboradores da rede. Com a implantação do Projeto Engrenagem, surgiram novos desafios para a empresa e para seus funcionários. O mix da empresa cresceu, vendendo, além de móveis, eletrodomésticos, brinquedos e celulares.

Atualmente a rede conta com 90 lojas, mais de 2 mil funcionários, faturamento previsto de R\$ 200 milhões para 2007, devendo chegar a 100 pontos de vendas em 2008, quando completará 30 anos de fundação.

O espírito empreendedor de um homem simples, vindo de uma família de origem humilde, enaltece a garra e a perseverança do cidadão paranaense, e Jeroslau e sua família, através de sua história de vitória e sua contribuição na geração de empregos, proporcionada pela sua rede de lojas em nosso estado, o credenciam para receber esta justa homenagem desta Casa de Leis.

Solicito aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei que concede o título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki.”

Srs. Parlamentares, quando os senhores pegarem o jornal Gazeta do Povo, que é muito lido aqui pelos nobres

Parlamentares, virem a propaganda daquela loja na primeira página, Mercadomóveis, vão se recordar que esse senhor começou pobrezinho, com apenas uma Brasília e ele é proprietário dessa rede de lojas, com mais de 85 lojas em todo o estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero cumprimentar ao Deputado Marcelo Rangel. Foi muito feliz com a indicação desse título. O empresário Jeroslau Pauliki, realmente este currículo lido aqui pelo Deputado Marcelo Rangel conta a sua história desde a sua saída de Arapoti. É hoje um dos mais brilhantes empresários de Ponta Grossa e dos campos gerais, E o Deputado Marcelo Rangel segue aqui também a sua intenção de homenagear alguém que tem muito carinho, que é exatamente o Jeroslau Pauliki, que inclusive o Deputado Marcelo Rangel, com sua bela voz de radiologista, é o garoto-propaganda do Mercadomóveis, com muito orgulho. O Mercadomóveis é uma loja simples e eu vou votar a favor, mesmo Sr. Presidente, tendo algumas diferenças com o Sr. Jeroslau Pauliki nos últimos tempos. Eis que também tínhamos um vínculo comercial e esse vínculo foi destituído depois da minha passagem pela Prefeitura de Ponta Grossa. Mas, em função de que o empresário Jeroslau Pauliki gera empregos e traz divisas para o município, sou companheiro dele em duas ações do Ministério Público, uma delas por emprestar uma máquina para edificar uma obra e a outra por colocar as máquinas da Prefeitura, como V. Exa. fazia quando era Secretário, para gerar empregos. V. Exa., como Secretário, incentivou as indústrias e o Mercadomóveis tem uma indústria.

O Ministério Público, de forma covarde, mais uma vez fez uma ação contra mim, quando mandei colocar as máquinas, para fazer em volta do depósito do Mercadomóveis, em Ponta Grossa, hoje, tudo aquilo que está lá e gera a grande quantidade de empregos. Graças àquela ação nossa, hoje, o Mercadomóveis chegou no patamar que está, porque recebeu o apoio da Prefeitura Municipal.

Vou votar a favor, porque acho que é merecedor. Somos companheiros de ação no Ministério público. Acho que nada mais justo do que eu fazer essa homenagem.

Sr. Presidente, o Pauliki, de Ponta Grossa, não tem nada a ver com o Pauliki de Maringá. Deixar bem claro, aqui, avisar os companheiros que o Pauliki tem nome e sobrenome parecidos e não é político. Ele se envolve de vez em quando na política, em participações pequenas, em apoio normal, mas não tem nada a ver com o Pauliki de Maringá. Os senhores fiquem tranquilos, não é como o Pauliki de Maringá. Por isso, tem o meu voto favorável, é um grande empresário, gerador de empregos, um cara sensacional, merece o nosso apoio e tem o nosso voto.

Parabéns ao Marcelo Rangel, pelo título.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)  
Para encaminhar, Sr. Presidente?  
(Assentimento)

Os campos gerais estão presentes. Quero dizer do nosso apoio e parabenizar o Deputado Marcelo Rangel, por apresentar este projeto de lei, que vota o título de Cidadão Benemérito ao Jeroslau Pauliki, que nasceu em Arapoti e vive em Ponta Grossa, gera milhares de empregos dentro deste município, ajuda no desenvolvimento de Ponta Grossa, dos campos gerais e do estado do Paraná.

Meu voto é favorável e peço a todos que votemos, juntos por unanimidade, aprovando este título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)  
Para encaminhar, Sr. Presidente?  
(Assentimento)

Não poderia deixar de me manifestar neste momento. Cumprimento inicialmente o Deputado Marcelo Rangel, pela iniciativa brilhante. É um empresário que merece o respeito de todo o povo ponta-grossense, não só como empreendedor empresarial, mas por ter uma participação muito ativa na vida comunitária desta comunidade. A empresa Mercadomóveis apóia todas as iniciativas boas para a cidade, a München Feste. A última München Fest, quando eu era Prefeito, foram as empresas Tozetto e Mercadomóveis que tocaram a festa com muita honestidade, seriedade e competência. O Pauliki está presente em toda a vida cívica de Ponta Grossa.

Por estes motivos, está de parabéns o Marcelo Rangel, que tem o meu voto favorável e acredito que a unanimidade destes Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
O 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, fará a chamada nominal.

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, votam com a palavra SIM, e os que forem contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)  
(Procede à chamada nominal para a votação).  
Quarenta e três Srs. Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Aprovado por unanimidade o item 11, Projeto de Lei nº 465/07.

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao município de Nova Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Mensagens).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 537/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Nova Esperança, de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a matrícula nº 5567, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

### Fundamentação e Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especialmente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóveis do estado a uma pessoa jurídica de direito público interno, no caso exposto o município de Nova Esperança.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

### Conclusão

Em sede de análise prévia, concluímos que o Projeto de Lei nº 537/07, quanto à legalidade e constitucionalidade, não possui impedimento ao seu normal seguimento.

Ante ao exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

**O referido projeto fica retirado, a pedido da Mesa Executiva, para parecer pela Comissão de Obras, retornando na Ordem do Dia, na Sessão de amanhã.**

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2508, 2510, 2530 e 2522, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2511, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimento nº 2518, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2523, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, é requerimento de regime de urgência. Se fosse possível fazer a leitura e a justificativa, do porquê do regime de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê requerimento do Deputado Dobrandino da Silva)

Não há justificativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu estranho, esse é um projeto de lei ou é uma indicação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É um projeto de lei. Estamos votando apenas o requerimento de regime de urgência para apreciação do projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, temos acompanhado aqui na pauta que a cada instante vem aqui veto do Governador, inclusive de autorização feita por Parlamentares do Governo. Acho que não podemos votar algo, Sr. Presidente, que na sequência todos estão voltando com veto do Governo. O Governo diz que são inconstitucionais todas aquelas autorizações que estamos fazendo.

Então, queria chamar a atenção, porque vai voltar vetado porque a lei proíbe que nós autorizemos, quem tem que autorizar é o Governo e de lá para cá e não daqui para lá. Então, estamos fazendo algo que é inconstitucional e que só desgasta este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Entendo a colocação de V. Exa. e cabe exclusivamente à CCJ apreciar a constitucionalidade, e não à Mesa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, é uma coisa simples, a Prefeitura não pode usar por falta dessa lei, para, na verdade, atender a um pedido do município. Já falei com o Governador e ele disse para fazer a lei que ele vai aprovar. Agora, se os Parlamentares não quiserem, eu não posso fazer nada.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu estava fazendo uma análise e há 20 anos a Comissão de Obras dá parecer sobre a cessão de imóveis. Há 20 anos nesta Casa existe parecer da

Comissão de Obras. Então, eu gostaria muito que a Mesa analisasse porque eu quero muito dar o nosso parecer, da Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente chegou essa informação, não há 20 anos, a partir do momento que a Comissão de Terras - essa sim era a comissão específica, foi abolida - então a diretoria tem passado para a Comissão de Obras, que a meu ver não tem nada que dar palpite nessa questão, mas já vai dar o palpite na reunião de hoje.

Continua em votação o requerimento do regime de urgência do Deputado Dobrandino da Silva, no que diz respeito ao Projeto de Lei nº 453/07. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para comunicar à Mesa: amanhã às 18h, aquela comissão que foi formada para estudar o Regimento estará reunida aqui na sala ao lado, da presidência, junto com o ex-Deputado José Maria, para que possamos fazer a revisão na proposta de Regimento e depois colocá-la aqui para receber as emendas dos Srs. Deputados.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, essa questão do regime de urgência, eu aqui nesta Casa sempre tive uma posição em relação à questão do regime de urgência. Naturalmente tenho votado favorável, esperando a reforma do Regimento Interno. Na verdade, o Regimento Interno não prevê, mas o regime de urgência é tratado com muita simplicidade quando deveria ser tratado com maior complexidade. Por isso, enquanto não reformarmos o Regimento, evidente que vamos votar favorável, mas deverão ser colocados dificuldades para que as matérias possam ser apreciadas em regime de urgência aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimento nº 2524, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2526, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, hoje eu não sou contra o projeto, primeiro porque na verdade o projeto não esclarece bem qual é o seu objetivo, ele não chega a lugar nenhum. Na



verdade, esse consórcio já existe, onde vários municípios da região metropolitana já participam. E agora o Governo também está pedindo autorização para participar.

Por esta razão, Sr. Presidente, o regime de urgência vai, na verdade, obstruir o trabalho de uma das comissões que melhor funciona nesta Casa a Comissão de Meio Ambiente. Estamos tratando aqui de vinte e poucos municípios. Vamos analisar, aqui, que de repente tenha que fazer uma Audiência Pública com esses municípios para fazermos um debate de como é que o estado vai participar desse consórcio. Qual é o objetivo do estado na participação desse consórcio? Com recursos? Com apoio técnico? Qual é o objetivo?

Por esta razão o regime de urgência não contribui em nada para o aperfeiçoamento desse projeto. O Governo já tem conhecimento desse consórcio há muito tempo. Toda mensagem que é de propositura do Governo vem em regime de urgência. E vou provar, aqui, que não tem consistência o pedido de urgência.

Veja, o Projeto nº 013/07, o Líder do Governo pediu regime de urgência. Aí o que acontece no regime de urgência? Atropela-se tudo, não se faz o verdadeiro debate do projeto. Aí, pasmem - e por isso temos que ter cuidado na aprovação do novo Regimento Interno - o projeto foi aprovado no dia 17 de julho e o Governador levou 1 mês para sancionar o projeto. Quer dizer, onde estava a prova de que havia necessidade do regime de urgência do projeto? Tem o projeto 019, o 023, que ficaram na mesa do Governador mais de 30 dias. Agora um projeto dessa amplitude, dessa significância, onde autoriza o Governo a participar de um consórcio, a minha única preocupação, não sou contra o projeto, o que quero saber é por que só agora o Governo vem participar? Qual é o objetivo do Governo? Como o Governo vai participar?

Acho que este é um debate que tem que ser aperfeiçoado. De repente, esse projeto pode receber emendas da Comissão de Meio Ambiente, de Parlamentares da região metropolitana, incrementar o projeto e ele ficar de uma forma que atenda melhor as necessidades e os anseios da questão ambiental da região metropolitana.

Então, Sr. Presidente, não dou encaminhamento à votação. Agora, tenho pedido ao Líder do Governo que esses pedidos de urgência dele são intempestivos, desnecessários. Está aqui a prova: todos os regimes de urgência dele, a grande maioria, a prova de que o projeto ficou na mesa do Governador 30 dias para ser sancionado.

Então, Sr. Líder do Governo Deputado Romanelli, peço a V. Exa., e assumimos um compromisso de retirar o regime de urgência e todas as comissões, os Líderes de partido assumem o compromisso de dar toda a atenção a este projeto, promover as Audiências Públicas que se fizerem necessárias e vamos discutir o que requer esse projeto e onde querem chegar, porque desta forma como está aqui, a pressa é inimiga da perfeição.

Dou esse encaminhamento, me posiciono contra o regime de urgência e, por essa razão é que estou atento à reforma do Regimento Interno desta Casa. Não é possível que tudo que é caso, que é mensagem do Governo, tenha que ser aprovado em regime de urgência aqui.

Por essa razão, não sou contra o projeto, mas preciso de melhores explicações e de esclarecimentos. Sei que pelo conhecimento que o Deputado Romanelli tem desta causa, certamente ele trará essas informações, mas o regime de urgência é intempestivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o Deputado Osmar Bertoldi.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o regime de urgência, para começar, é tão complicado de se analisar que estou aqui defendendo algo que não vi e que não sei.

Defendendo, indo a favor ou contra, porque na verdade, quando você não tem posse do projeto que está em debate, você não sabe se esse projeto seria bom tramitar em regime de urgência ou se não seria bom.

Chegou em 15 de agosto na Casa. A sistemática da Casa, acredito que este projeto deve passar pela Comissão de Ecologia, porque se trata de resíduos sólidos de um consórcio metropolitano, no qual é importante de ser formado, mas é mais importante que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da Comissão de Ecologia do qual o nosso Presidente Cheida faz parte, que foi Secretário de Meio Ambiente, pode contribuir e muito, aprimorando o projeto.

Sou Presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos e, gostaria de me debruçar, não somente 48 horas num projeto dessa envergadura, porque esse projeto que está aqui nesta Casa querendo ser tramitado em regime de urgência é algo que diz respeito à Curitiba e região metropolitana, há mais de 10 anos, na solução do destino final dos resíduos sólidos.

Precisamos fazer com que esse projeto seja debatido mais amplamente, para que amanhã ou depois, não acabemos cometendo falhas pelo atropelo de um regime de urgência na nossa Casa.

Queria pedir aqui, encarecidamente, ao Líder do Governo, que façamos um esforço conjunto, que cada comissão possa, pelo menos, debruçar 5 dias, no projeto. Acho que é uma força tarefa interessante, ou mais que isso, uma semana em cada comissão, e que esta Casa se empenhe no sentido de que as comissões trabalhem com um prazo limite, para que não se estenda para o resto da vida um projeto dessa envergadura, porque há a real necessidade de uma solução para os resíduos sólidos no que diz respeito à Curitiba e à região metropolitana. Que cheguemos a um bom termo: nem os regimes de urgência, que atropelariam todo o processo legislativo e as contribuições que os Parlamentares desta Casa poderiam dar e, também, nem deixar o projeto parado na Casa, mas por 7 dias, por comissão.

Faço este apelo ao Líder do Governo: que possamos chegar a um bom termo e, que cada Presidente de comissão aqui, no qual esse projeto passará, façam um compromisso de que no máximo em 5 dias úteis possam estar enviando o projeto para outra comissão, para que

todos possamos nos debruçar com um pouco mais de tranquilidade e procurando, assim, contribuir com o estado do Paraná. O que está em jogo aqui não é estar a favor ou contra, mas sim poder dar a sua cota de colaboração das cabeças pensantes dos 54 Deputados desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar o Deputado Geraldo Cartário.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, esse requerimento de urgência nos preocupa, visto que hoje usei a tribuna para alertar esta Casa de uma negociata que aconteceu precisamente a respeito do lixo da região metropolitana. Creio que há uma urgência aqui demonstrada pelo Líder do Governo, que poderá se somar à preocupação hoje que estamos tendo na região metropolitana a respeito do destino do lixo. Áreas que não tinha valor, que eram áreas de 20, R\$ 30 mil reais o alqueire, de um momento para o outro foram transformadas num valor altíssimo, onde houve a intermediação da Empresa AW, que é do Prefeito do município de Fazenda Rio Grande, hoje Presidente da ASSOMECA, muito amigo do Governador, de um momento para outro, e que hoje ele está demonstrando que já está com o problema do lixo solucionado. E até hoje o problema do lixo tem sido da Prefeitura de Curitiba, que abriu a Caximba, e os municípios da região metropolitana vêm ali depositando o seu lixo.

Agora estamos apreensivos, Deputados Romanelli, quando tive a notícia que um empresário de São Paulo, com uma empresa constituída, pagou o valor de R\$ 7 milhões, e de que ele já estaria garantido, porque conversou com os órgãos do estado, inclusive, o IAP, e por isso garantiu R\$ 7 milhões numa área adquirida. Áreas que não tinham esse valor, compraram, escrituraram, parece que até o Registro de Imóveis já oficializou a transação e são 7 milhões que o cidadão de São Paulo comprou na Fazenda Rio Grande, à margem do rio Maurício, à margem do rio Iguaçu cento e poucos alqueires para transformar a Fazenda Rio Grande num grande lixão.

Se o problema for entre a Prefeitura de Curitiba e os municípios da região metropolitana, o poder ainda é acessível para que haja uma discussão. Mas na hora em que o estado também entra nessa parceria, o estado é muito forte, tem muita força, porque os órgãos que aprovam, mais precisamente o IAP, entre outros. E aí ficamos até sem poder discutir, visto que já houve essa transação imobiliária.

Por isso, Sr. Presidente, peço ao Deputado Romanelli que esse projeto venha caminhando em passos normais, sem atropelamento, para que haja um tempo, uma discussão para que eu e outros Deputados da região metropolitana e do Paraná, conversemos com o Prefeito Beto Richa, para que possamos conversar com o IAP,

com a Secretaria do Meio Ambiente, para que esse projeto não seja atropelado.

É um direito que nós temos, V. Exa. Presidente, também é um Deputado da região metropolitana, V. Exa. também tem a preocupação que lixo de Curitiba tem que ter um destino, mas não que seja uma coisa pré-julgada, porque o que estou sentindo é que em tudo houve uma negociação de um pré-julgamento.

A Fazenda Rio Grande já está destinada a receber o lixo, porque o Prefeito é dono da AW e a AW é que vendeu a área por 7 milhões para uma empresa de São Paulo. Sr. Presidente, isso é caso de polícia! Isso é caso de o Procurador do Ministério Público não ficar perdendo tempo processando este Deputado, porque eu falei alguma coisa que o Prefeito não gostou! Isto é hora de o Ministério Público levantar o que estou denunciando, aqui, que é a Casa legítima que o Deputado tem para defender a população! No caso específico, estou defendendo a população que me deu a maior votação do Paraná, durante 32 anos, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Estamos votando o regime de urgência do requerimento.

Com a palavra, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Quero encaminhar porque reconheço que há um certo exagero. Desculpem os Parlamentares que me antecederam, em relação às suas análises, inclusive eu ouvi agora uma teoria conspiratória, aqui, do Deputado Cartário, que sinceramente, recomeçamos, está parecendo que está integrando uma determinada instituição.

Mas, quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a matéria merece, sim, regime de urgência. E merece porque infelizmente temos que reconhecer que aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por conta do nosso Regimento Interno, as matérias que não têm regime de urgência têm tido obstáculos para poder tramitar normalmente.

Lamento dizer isso, já fiz acordos com o Líder da Oposição em determinados projetos e, infelizmente, enquanto não votamos regime de urgência, o projeto não tramitou na Casa. Lamentavelmente. Relator que deixa de fazer o relato da Comissão de Justiça, vai para as comissões temáticas, o projeto não anda.

E este projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um projeto extremamente importante. Queria, inclusive, que o Deputado Valdir Rossoni pudesse dar a atenção que mereceu quando eu o ouvia dizer a V. Exa. que esse consórcio intermunicipal que reúne os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São

José dos Pinhais, todos esses municípios têm Prefeitos e Câmaras de Vereadores, as mais diversas possíveis. E esse projeto de lei é importante porque vai fazer com que o estado do Paraná possa, com base na Lei Federal nº 111/07, que é a lei que estabeleceu os consórcios públicos. Para quem não conhece a lei ainda, é uma lei que forma uma espécie de autarquia em regime especial, para poder fazer a gestão da questão dos resíduos sólidos de toda a região metropolitana de Curitiba.

Já faz 10 anos que o aterro sanitário da Caximba está esgotado. O lixo é um problema grave. Tomada esta decisão, vai-se ainda muitos anos para se conseguir fazer um novo aterro sanitário.

Então, quero dizer que é importante votarmos o regime de urgência. Este projeto tem que ser debatido pela Assembléia Legislativa. Tenho dito que esta Casa tem que ter uma agenda positiva. Este é um projeto importante e de relevante interesse público, porque aqui se autoriza o estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da Procuradoria-Geral do Estado, a integrar, representando o estado do Paraná, o consórcio.

A natureza da participação, inclusive, se dará depois, através da Companhia de Saneamento do Paraná, que é uma das grandes teorias sobre saneamento básico. São as 4 variáveis que nós, reconhecida e infelizmente... saneamento básico não tem sido reconhecido naquelas outras duas questões que envolvem os resíduos sólidos, sua coleta e destinação e também a questão que envolve a drenagem de água pluvial. Só se trata de saneamento básico se for água e esgoto.

Então, efetivamente, temos que avançar nesta discussão que envolve saneamento básico. Agora, o que pretende esse projeto é justamente promover a autorização legislativa, para que o estado do Paraná também possa integrar este consórcio intermunicipal para poder, de fato, encontrar e dar uma solução para se ter um aterro sanitário. E aí o estado tem que participar deste processo.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que o projeto é importante, é relevante, merece sim a urgência para poder ser apreciado. E eu pediria aos Srs. Parlamentares que aqui se posicionaram, pediria ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que com base nessas nossas argumentações, o que quero dizer a V. Exa. e é o nosso compromisso que se promova uma discussão, primeiro no âmbito da CCJ, sobre a constitucionalidade, para se discutir a questão da natureza jurídica e o prazo pode ser respeitado, e o Deputado Rossoni sabe como eu trabalho nesse tema quando assumo aqui os compromissos.

Dizia o Deputado Cheida que a Comissão do Meio Ambiente tem que fazer uma Audiência Pública para poder discutir o tema, mas quero dizer que é importante estar em regime de urgência o projeto, para que ele possa tramitar. Agora, V. Exa. conhece a minha posição e sabe que aqui nunca fiz valer nenhum tipo de “rolo compressor”, porque todos os projetos que aprovamos aqui foram em um processo de negociação, e sempre tenho dito que

se nós, aqui nesta Casa, em pouco mais de 6 meses desta legislatura conseguimos votar leis importantes, sempre tenho dito que é graças à Oposição, onde tivemos aqui um diálogo permanente.

É por isso que apelo a V. Exa. que retire a obstrução ao regime de urgência, mantendo, é claro, essa flexibilidade em relação aos prazos, atendendo a cada uma das comissões, com as Audiências Públicas que forem necessárias. Esse é o apelo que faço a V. Exa. e aos Srs. Parlamentares, para que possamos votar o regime de urgência, Sr. Presidente!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Apenas para fazer uma colocação, que acho que o encaminhamento está sendo feito de forma errada. Estamos discutindo a questão do regime de urgência e quando se fala que o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de repente, vai necessitar de uma Audiência Pública ou de um maior debate, é por isso que estamos questionando o regime de urgência. Não estamos nem entrando no mérito da questão do projeto, pois, pelo o que observamos, ele é altamente importante e significativo, agora, o que queremos é dar a nossa contribuição como legisladores.

Então, quero deixar claro esse posicionamento, que continuo e permaneço contrário ao regime de urgência, porque a urgência é contra a perfeição e precisamos fazer um projeto perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente!.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Deputado Romanelli falou que eu estaria defendendo uma instituição e não falou qual instituição. Quero deixar claro que a instituição que estou defendendo é da moralidade, porque não é possível que alguém compre um terreno para depois transformar em lixo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente a esse regime de urgência, pelo fato que o Líder do Governo, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando a mensagem do Governo aparece, ele vem com todo esse ímpeto para defender e pedir o regime de urgência. Gostaria que V. Exa., Deputado Romanelli, com o mesmo ímpeto, com a mesma força e com a mesma intervenção que fez, também pudesse responder todos os pedidos que são feitos pela Oposição, porque nesse momento esse ímpeto desaparece.

Então, quero dizer a V. Exa. que encaminho contrariamente, porque não julgo necessário o regime de urgência nessa questão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)  
Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Deputado Elio Rusch, já tivemos 5 Deputados que encaminharam contrariamente ao requerimento, e de acordo com o nosso Regimento Interno ainda em vigor não é possível que ultrapássemos o número de 5 Deputados encaminhando.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)  
Isso se aplica quando se discute, mas ele não está em discussão, mas estamos encaminhando. O encaminhamento é livre.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Não. São só 5. Infelizmente vamos ficar desprovidos da locução e oração de V. Exa. nesse encaminhamento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)  
Pois é! Lamento profundamente, porque vou votar contra e até queria justificar por quê vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
É que já tivemos 5 encaminhamentos.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)  
Até em respeito ao Deputado Cheida, que queria tempo suficiente para fazer uma Audiência Pública e com o regime de urgência ele não terá tempo para fazer essa Audiência Pública, o que o Líder do próprio Governo concorda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
V. Exa. acaba de encaminhar, então!  
Solicito aos Srs. Deputados que, por gentileza, tomem assento em seus lugares para que possamos proceder a votação do regime de urgência. Atenção Srs. Deputados. Está em votação o regime de urgência ao requerimento do Líder do Governo, ao Projeto de Lei nº 604/07.  
Os Deputados que aprovam o regime de urgência permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)  
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Vai se proceder a verificação de votação.  
Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Dezesete Srs. Deputados rejeitam o requerimento.  
Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Vinte e um Srs. Deputados.  
**Está aprovado o requerimento de regime de urgência.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero convidar os Deputados que compõem a CEI que fiscaliza a Secretaria da Comunicação Social, para uma reunião amanhã, 11h, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Portanto, amanhã às 11h, reunião da Comissão Especial de Investigação, presidida pelo Deputado Dobrandino.

Requerimento nº 2542, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Plauto Miró, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel e Reni Pereira, constante do expediente. **À Procuradoria Geral da ALEP, para parecer.**

Requerimento nº 2544, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2512, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2515 e 1516, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2517, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2529, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2532, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2533, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2535, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2537 e 2538, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2540 e 2541, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2543, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **à Comissão de Tomada de Contas, para providências.**

Requerimento nº 2545, de autoria dos Srs. Deputados Professor Luizão, Edson Strapasson, Rosane Ferreira, Beti Pavin e Francisco Bühner, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do ex-Vice-Prefeito de Medianeira, Euclides Gasparini, bem como do Líder Comunitário Sr. Cláudio Ouro, da cidade de Matelândia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos a esta Casa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 562 e 563/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 377 e 465/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 429, 535, 553 e 570/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Transcrição:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2007.

#### **“Saúde da Era Vargas”**

Léo de Almeida Neves

Gazeta do Povo

É inquestionável a visão de estadista, as virtudes republicanas, a coragem pessoal e cívica e a proibidade de Getúlio Vargas.

A vitoriosa Revolução de 1930 encontrou a economia e a administração pública do Brasil em absoluto caos. Os estados cobravam tarifa diferenciadas na circulação de mercadorias para outras unidades federativas; ademais, tinham o direito constitucional de cobrar impostos de exportação e podiam contratar livremente empréstimos internacionais, cujo pagamento não era honrado, abalando o conceito do país.

Os estados compravam diretamente do exterior armas e equipamentos bélicos para suas polícias e brigadas

militares, de tal sorte que São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul poderiam enfrentar de igual para igual o frágil exército federal. As bandeiras dos estados se sobrepunham à nacional.

Getúlio acabou com essa balbúrdia e a União assumiu as dívidas externas dos estados, transferiu para o governo federal a cobrança, agora mínima até a completa extinção, do imposto de exportação e eliminou as tarifas interestaduais.

Ele subordinou as polícias estaduais ao exército e proibiu que importassem armas. As bandeiras estaduais foram simbolicamente queimadas no Panteon da Pátria junto ao Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, unificando-se o culto e respeito à bandeira brasileira.

Vargas reaparelhou o Exército e a Marinha, criou o Ministério da Aeronáutica e garantiu a unidade nacional, como Duque de Caxias havia feito durante o Império.

A dívida era impagável, e Vargas decretou sua moratória, antes explicando diplomaticamente aos credores que a medida era devido à crise econômica mundial, acarretada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova York de 1929.

A superabundância das safras de café, nosso principal produto de exportação, do qual detínhamos mais da metade da produção universal, reduziu seu preço a pó. O governo adquiriu excedentes e destruiu estoques, restabelecendo o equilíbrio estatístico e recuperando os preços.

O subsolo brasileiro pertencia a particulares, e as multinacionais do petróleo apoderavam-se de vastas extensões do nosso território. Em ato de afirmação de soberania, em 10 de julho de 1934, Vargas editou o Código de Minas, passando ao domínio da União as riquezas minerais do subsolo, que só poderiam ser exploradas mediante concessão.

Em 11 de abril de 1938, criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) precursor da Petrobras, nacionalizando sem indenização as possíveis reservas de petróleo, uma vez que as transnacionais não tinham perfurado sequer um poço. Em 29 de abril de 1938, nacionalizou a indústria de refinarias, deixando com o setor privado a distribuição de derivados e o varejo dos postos de gasolina.

Em 3 de outubro de 1953, sancionou a Lei 2004 nascendo a Petrobras, oriunda de Mensagem que enviara ao Congresso Nacional.

Após encampar a estrangeira Itabira Iron, que nada produzia, ele fundou a Cia. Vale do Rio Doce em 1º de junho de 1942, transformada na maior exportadora mundial de minério de ferro, com destaque para exploração da Serra de Carajás. A “Vale” foi privatizada por apenas R\$ 3,3 bilhões em 6 de maio de 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em 9 de abril de 1941, Getúlio Vargas decretou a criação da Cia. Siderúrgica Nacional, marco da emancipação econômica do Brasil, que se tornou realidade com financiamento e fortalecimento do maquinário pelos Estados Unidos, habilmente negociados com o Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, no contexto

da cessão de bases militares no Nordeste e da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, a favor dos aliados contra o eixo formado por Alemanha, Itália e Japão, enviando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e esquadriha da FAB, que lutaram na península italiana combatendo os alemães.

Em 1º de maio de 1943, Vargas decretou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com 921 artigos que asseguraram a coesão social, fator determinante para a industrialização e crescimento econômico do país.

Em 1952, Getúlio criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), até hoje o grande impulsionador das atividades produtivas do país, e o Banco do Nordeste voltado para o crescimento da região nordestina.

Cabe destacar a criação do DASP, que iniciou o processo de racionalização do serviço público, instituindo concurso de admissão em detrimento do nepotismo, com treinamento de pessoal e modernização da máquina administrativa.

Em 1953, Vargas submeteu ao Congresso Nacional mensagem para criação da Eletrobras, que só foi aprovada e sancionada no governo João Goulart.

Getúlio Vargas presidiu o Brasil por 19 anos (1930 a 1945 e 1951 a 1954) e dedicou-se à política ao longo de 37 anos (Deputado Federal e Estadual, Senador, Ministro da Fazenda e Governador do Rio Grande do Sul).

Decorridos 53 anos do seu suicídio (em 24 de agosto de 1954) é inquestionável a visão de estadista, as virtudes republicanas, a coragem pessoal e cívica e a probidade de Getúlio Vargas. Seus filhos Lutero, médico, Alzira, advogada, Jandira, do lar, Manoel, engenheiro agrônomo, não acumularam fortuna, como também seus irmãos Viriato, Protássio, Espártaco e Benjamim. Reportagem de cinco páginas da revista antigetulista O Cruzeiro, de 19 de abril de 1958, sobre o inventário de Vargas revelou que ele possuía os mesmos bens herdados de seus pais, acrescidos de um apartamento no Rio de Janeiro, adquirido com empréstimo da Caixa Econômica Federal.

O Brasil está precisando retomar os rumos do nacionalismo econômico e de rigidez no plano ético que assinalaram o período Vargas!

Léo de Almeida Neves é membro da Academia Paranaense de Letras, ex-Deputado Federal e ex-Diretor do Banco do Brasil.

## ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1540/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5968, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover FABIANE DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1541/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5966, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover FERNANDA ARCO VERDE DE MACEDO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1544/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5994, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover DJALMA DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1545/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5993, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

prover RODRIGO JOSE BASSI VENGRUS, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1546/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5992, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover MARIA ALICE DE CARVALHO PAVIVZI, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1547/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5991, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover SELMO CELIO DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1548/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5972, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover NEIDE CRISTIANE DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do Governo, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1549/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6179, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover RICARDO WEISS PREFEITO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança da Oposição, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1550/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover HELENA BRANCALEÃO MALAGUIDO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PP, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1551/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6190, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover FLAVIA PRESTES VIRMOND, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PSDB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1552/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5958, datado de 15 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover ELSA DE LIMA MARTINS, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1553/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

prover CARLOS ALBERTO ANCIUTTI PESSOA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1554/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5842, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover JOSUEL DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1555/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5843, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CLEYTON CLYVER CRUZ, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1556/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

## R E S O L V E :

prover ANTONIO BUENO PINTO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Vice-Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1557/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

## R E S O L V E :

prover ISOLDE DECKER MACANEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1558/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5997, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover CAMILA LEMES RIBEIRO STIER, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1559/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6168, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover RODRIGO AUGUSTO BITTENCOURT PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1560/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5990, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover ACACIO BERNARDES DE FARIA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1561/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5988, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

prover LUIZ GUILHERME COVRE DE MARCO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1562/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5999, datado de 15 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prover ANNA PAULA ROSENDO MESQUITA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretária, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1744/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6703, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder, à MARIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40.372, portadora do RG nº 4.382.651-4 e do CPF nº 561.739.469-04, funcionária estável do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Associação das Senhoras de Deputados (APASDE) abono permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária nos termos do artigo, 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, a partir do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

***Diretoria Geral******Portarias***

## PORTARIA Nº 156/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8201, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar, a disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, GUSTAVO HENRIQUE MUSSI AUGUSTO, matrícula nº 7629, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná COHAPAR, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 157/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8294, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar, a disposição do Governo do Estado do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, MARISA LIPINSKI DA FONSECA, matrícula nº 5231, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná COHAPAR, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 158/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8576, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar, a disposição, a servidora deste Poder Legislativo, NEIFI FAYAD ABDALLAH, matrícula nº 40874, para prestar serviços junto ao Gabinete Parlamentar do Deputado Chico Noroeste.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

***Ata de Comissão******Tomada de Contas***

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
16ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e sete, às onze horas, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sexta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de julho de 2007 - Proposição nº 060/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Ribas Carli Filho, que relatou a Proposição nº 060/07, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Após exame da matéria em questão, o Sr. Relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendem a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar

e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

